

ENTREVISTA

A saída da crise produzida pela pandemia da Covid-19 deverá passar por investimentos em infraestrutura, porque a atividade “congrega todas as outras” e gera empregos em massa, sustenta o vice-presidente **Hamilton Mourão**, em webconferência com o Fórum de Entidades Empresariais de Goiás. *mes, campanha sugere trocar ovos de Páscoa por cestas*



CORONAVÍRUS E A INDÚSTRIA

Fieg avança em várias frentes na batalha contra a Covid-19

MINERAÇÃO

Nova “onda” para vencer a estagnação no setor mineral

Mala Direta Básica

9912352020/2014-DR/GO

FIEG

Correios

PARA USO DOS CORREIOS

- | | |
|---|--|
| ☐ MUDOU-SE | ☐ FALECIDO |
| ☐ DESCONHECIDO | ☐ AUSENTE |
| ☐ RECUSADA | ☐ NÃO PROCURADO |
| ☐ NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO | ☐ END. INSUFICIENTE |

Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

FIEG DO BEM:

APELO À UNIÃO DE TODOS CONTRA A CRISE

“Vamos andar juntos. Faça seu município funcionar. Chega de matar gente de fome e de estresse. Isso só cabe para quem não tem gestão”, afirma **Sandro Mabel**, ao pedir a união de prefeitos, empresários e a sociedade para sair da crise. Fieg + Solidária, dirigida por **Raquel Ribeiro**, doa alimentos



FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

FIEG +Solidária

Um S a mais no Sistema FIEG:
S de SOLIDARIEDADE

Faça sua doação de:



Cestas básicas, máscaras,
álcool em gel, material de
limpeza e higiene.

Ligue:

62 9 9859-1258



Doações em dinheiro,
em qualquer quantia.

CEF (Bco 104)

Títular FIEG

CNPJ 01.618.958 / 0001 - 03

Ag 2512 Cc 942-7 Op 003

Informações: 62 99859-1258
Junte-se a nós! Seja +Solidário!



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

FIEG DO BEM: APELO À UNIÃO DE TODOS CONTRA A CRISE



Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 294 / JUNHO 2020

Capa

18 a 33 / Presidente da Fieg, Sandro Mabel conchama prefeitos, empresários e toda a sociedade a se unir no combate ao coronavírus e pela preservação de vidas e empregos. “Vamos andar juntos. Faça seu município funcionar. Chega de matar gente de fome e de estresse. Isso só cabe para quem não tem gestão”, afirma, numa referência ao governador Ronaldo Caiado. A Fieg realiza, desde março, um leque amplo de iniciativas para combater a pandemia, intensificando seu diversificado portfólio de serviços de suporte às empresas dos vários segmentos industriais. Parte dessas ações vem sendo liderada pelo projeto Fieg + Solidária, idealizada e presidida pela advogada Raquel Ribeiro. Em pouco mais de um mês, a iniciativa já havia quase atingido a meta de distribuir 100 toneladas de alimentos, produtos de vestuário e higiene.

Alex Malheiros



Mineração

38 / Também presidente do recém-criado Conselho Temático de Mineração da CNI, **Sandro Mabel** lidera iniciativa que pretende fazer decolar a indústria mineral, vencendo estagnação de anos com a “onda da mineração”.

Conciliação

57 / Vinte anos após sua criação, a 6ª Corte de Goiânia, que surgiu para descentralizar e agilizar a Justiça, tornou seu atendimento totalmente on-line, mudou seu regimento e ganhou a denominação de Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem (CCMA).

Mérito Industrial

58 / **Goiás Industrial** entrevista o empresário e senador **Vanderlan Vieira Cardoso**, que atribui o início de sua trajetória empresarial ao trabalho precoce como engraxate, mais tarde tornando-se líder do Grupo Cicopal, e que teve seu nome referendado pela CNI e receberá a comenda da Ordem do Mérito Industrial 2020.

Opinião

5 / Ao longo de seus quase 70 anos de história e de forma mais incisiva neste momento crucial para Goiás, a Fieg sempre se destacou pela luta a favor do “desenvolvimento do Estado, pela qualidade de vida dos goianos e pela contemporaneidade de suas ações”, destaca o presidente da federação, **Sandro Mabel**.

6 / **Produção sustentável** - “Na indústria atual, não há espaço para atividades que não respeitem o meio ambiente”, afirma Flávio Rassi, vice-presidente da Fieg e que assumiu o Conselho Temático de Meio Ambiente.

7 / **Solidariedade** - “O Sistema Fieg colocou um S a mais na sua estrutura e gestão ao criar, em dezembro de 2019, a Fieg + Solidária, minimizando a situação de vulnerabilidade social de várias pessoas”, observa Sulamita de Aquino Porto, assessora executiva do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa (Compem/Fieg).

8 / **O pós-pandemia** - A reinvenção de modelos de negócio deverá predominar especialmente nos setores mais atingidos pela crise sanitária, o que tornará mais imperioso ainda “ingressar no universo da inovação”, defende o empresário Heribaldo Egídio, diretor financeiro da Fieg e presidente do Conselho de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da federação e do Fórum Aliança pela Inovação em Goiás.

9 / **Sesi e Senai** - “O Sesi e o Senai têm o desafio de fortalecer a atuação em rede, levando soluções de educação, tecnologia e inovação a qualquer canto do Estado onde há uma indústria, trabalhando em prol do desenvolvimento econômico e da geração de riqueza”, sustenta o novo diretor de Educação e Tecnologia das instituições, Claudemir José Bonatto.

Entrevista

10 / Em webconferência promovida pelo Fórum de Entidades Empresariais de Goiás e reproduzida na íntegra pela **Goiás Industrial**, o vice-presidente da República, **general Hamilton Mourão**, defende investimentos em infraestrutura para estimular o crescimento da economia no período pós-pandemia.



Ensino remoto

34 / Professores do Sesi e Senai saem na frente na adaptação aos novos recursos tecnológicos para o ensino e capacitação de pessoas, em grande parte já integrados à plataforma educacional adotada há mais de uma década por aquelas instituições.

Comércio exterior

48 / O Centro Internacional de Negócios da Fieg, o único em sua área autorizado pelo Ministério da Economia a emitir o Certificado de Origem Digital (COD) no Estado, realizou a primeira emissão do documento em toda a Região Centro-Oeste.

Pequenos negócios

52 / Numa proposta do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa (Compem/Fieg), a Fieg lança o Grupo Escambo – A Arte de Negociar. O objetivo é promover negócios entre as empresas com uso do aplicativo WhatsApp.

Desenvolvimento associativo

53 / Gerência Sindical da Fieg põe em campo o Desafio Sindical, iniciativa que se propõe a estimular o relacionamento entre sindicatos da indústria e empresas do setor, além gerar negócios.



Federação das Indústrias do Estado de Goiás

SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias
do Estado de Goiás

Presidente: Sandro Mabel

Superintendente: João Carlos Gouveia

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Sandro Mabel

Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de
Aprendizagem Industrial

Presidente do Conselho

Regional: Sandro Mabel

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves

Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretora: Sônia Rezende (interina)

Superintendente: Almir Blesio (interino)

DIRETORIA DA FIEG (2019-2022)

Presidente: Sandro Mabel

1º Vice Presidente:

André Luiz B. Lins Rocha

2º Vice Presidente: Flávio Santana Rassi

3º Vice Presidente:

Antônio de Sousa Almeida

1º Diretor Secretário:

Célio Eustáquio de Moura

2º Diretor Secretário:

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

1º Diretor Financeiro:

Heribaldo Egídio da Silva

2º Diretor Financeiro: José Divino Arruda

Presidente da Fieg Regional Anápolis:

Wilson de Oliveira

Diretores

Alyson José Nogueira

Anastácios Apostolos Dagios

Bruno Franco Beraldi

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Bilemjian Filho

Eliton Rodrigues Fernandes

Elvis Roberson Pinto

Emílio Carlos Bittar

Enoque Pimentel do Nascimento

Gilberto Martins da Costa

Heitor de Oliveira Nato Neto

Hélio Naves

Jair José de Alcântara

Jair Rizzi

Jaques Jamil Silvério

Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

José Antônio Vitti

José Luiz Martins Abuli

Laerte Simão

Leandro Luiz Stival Ferreira

Marcelo de Freitas Barbosa

Marcos André Rodrigues de Siqueira

Olavo Martins Barros

Otávio Lage de Siqueira Filho

Robson Peixoto Braga

Sérgio Scodro

Wilson de Oliveira

Conselho fiscal

Joaquim Guilherme Barbosa de Sousa

Roberto Elias Fernandes

Otávio Lage de Siqueira Filho

Conselho de representantes junto à CNI

Sandro Mabel

Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior

Ailton Aires Mesquita

Alcides Augusto da Fonseca

Alexandre Baldy de Sant'anna Braga

Álvaro Otávio Dantas Maia

Alyson José Nogueira

Anastácios Apostolos Dagios

André Lavor Pagels Barbosa

André Luiz Baptista Lins Rocha

Antônio Alves de Deus

Antônio Benedito dos Santos

Bruno Franco Beraldi Coelho

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos Roberto Viana

Célio Eustáquio de Moura

Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Bilemjian Filho

Eliton Rodrigues Fernandes

Elvis Roberson Pinto

Emílio Carlos Bittar

Eurípedes Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Heitor de Oliveira Nato Neto

Hélio Naves

Heribaldo Egídio

Ian Moreira Silva

Jaime Canedo

Jair José de Alcântara

Jair Rizzi

Jaques Jamil Silvério

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

João Essado

José Antônio Vitti

José Carlos Garrote de Sousa

José Divino Arruda

José Lima Aleixo

José Luiz Martin Abuli

José Nivaldo de Oliveira

Laerte Simão

Leopoldo Moreira Neto

Lúcio Monteiro dos Santos

Luiz Antônio Gonçalves Fidelis

Luiz Gonzaga de Almeida

Luzia de Cássia Alencar Siqueira

Marcelo de Freitas Barbosa

Marcelo José Carneiro

Marcelo Reis Perillo

Marcos André R. de Siqueira

Marcus Brandão de Lima e Silva

Mário Barbosa de Arruda

Marley Antônio Rocha

Nicolas Lima Paiva

Olavo Martins Barros

Osnei Valadão Marques

Otávio Lage de Siqueira Filho

Paulo Lobo de Araújo Júnior

Pedro de Souza Cunha Júnior

Plínio Boechat Lopes

Robson Peixoto Braga

Rodolfo Luiz Xavier Virgílio

Sandro Mabel

Silvio de Souza Naves

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

**Conselho Temático de Desenvolvimento
Tecnológico e Inovação**

Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Flávio Rassi

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

**Conselho Temático de
Relações do Trabalho**

Presidente: Marley Antônio da Rocha

**Conselho Temático de Micro
e Pequena Empresa**

Presidente: Jaime Canedo

**Conselho Temático de
Responsabilidade Social**

Presidente: Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente: Alfredo Luiz Correia

**Conselho Temático de Comércio
Exterior e Negócios Internacionais**

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Thais Aparecida Santos

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

**Câmara Setorial da Indústria
da Construção**

Presidente: Sarkis Nabi Curi

**Câmara Setorial de Alimentos
e Bebidas (Casa)**

Presidente: André Lavor P. Barbosa

Rede Metrológica

Presidente: Melquiades da Cunha Neto

**Comitê da Indústria de Defesa e
Segurança de Goiás (Comdefesa)**

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios

Câmara Setorial da Moda

Presidente: Denise de Oliveira Resende

EXPEDIENTE

**Goiás
Industrial**
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção e Coordenação de jornalismo
Sandra Persijn

Edição
Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem
Andelaide Lima, Sérgio Lessa, Daniela
Ribeiro, Luciana Amorim, Tatiana Reis e
Renata Santos

Colaboração
Januária Guedes Cordeiro

Fotografia
Alex Malheiros

Projeto gráfico
Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações e diagramação
Jorge Del Bianco
DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão
Gráfica Kelps

Departamento Comercial
(62) 3219-1710

Redação e correspondência
Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco,
Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62)
3229-2975
Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos
assinados são de responsabilidade
de seus autores e não refletem
necessariamente a opinião da
revista



Fieg, há 70 anos fazendo o bem



“*Por tudo isso, pela história de luta pelo desenvolvimento de nosso Estado e pela qualidade de vida dos goianos e pela contemporaneidade de suas ações, o Sistema Fieg (Fieg, Sesi, Sesi, IEL e ICQ Brasil) comprova que foi, é e sempre será do bem. Pelo bem do emprego, da saúde, da economia, da qualidade de vida. Pelo bem do Estado e dos goianos. Esse é o legado dos empresários industriais goianos.*”

SANDRO MABEL, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai

Com uma história de quase sete décadas de atuação no fortalecimento da indústria goiana e fomento da economia estadual, a Federação das Indústrias mais uma vez mostra-se atuante diante de um crucial momento para Goiás. As medidas oficiais de isolamento social para combate ao coronavírus, da forma como vêm sendo implantadas, têm impactado severamente o emprego e a continuidade das atividades de milhares de empresas goianas, sobretudo os micro, pequenos e médios empreendedores.

Atenta e contemporânea, a Fieg vem agindo com gestão e planejamento para mitigar os desdobramentos da atual crise. Desde março, intensificamos nossos esforços para proporcionar ainda mais saúde e segurança ao trabalhador goiano e seus dependentes e ampliamos nossa atuação no atendimento aos grupos de risco e de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Nos últimos 100 dias, promovemos a doação de quase 100 toneladas de produtos, por meio da iniciativa Fieg + Solidária. A mobilização dos empresários goianos e sindicatos das indústrias beneficiou 90 instituições filantrópicas de Goiânia e da Região Metropolitana, além dos municípios de Alto Horizonte, Campinorte, Crixás e Mara Rosa, no interior goiano. Milhares de famílias foram atendidas com doações de alimentos, itens de higiene pessoal, produtos de limpeza e máscaras de proteção.

Antecipamos a campanha de imunização contra a gripe sazonal e H1N1, com foco na prevenção e apoio no diagnóstico correto da Covid-19, visto que ambas enfermidades possuem sintomas semelhantes. Foram 40 mil doses da vacina aplicadas pelo Sesi em trabalhadores da indústria e seus dependentes.

Já produzimos, por meio do Sesi e Senai, quase 40 mil máscaras de proteção e outras 25 mil devem ser entregues nas próximas semanas para doação. Em parceria com a UFG, o Senai consertou 45 respiradores, entregues a hospitais da rede estadual e particulares. E trabalhamos no desenvolvimento de dois protótipos: um respirador mecânico de baixo custo e um túnel de desinfecção.

Desenvolvemos um consistente protocolo de atuação para casos de contágio nas empresas, com monitoramento e definindo procedimentos técnicos específicos para cada estágio do processo de incidência e prevalência de coronavírus na população alvo.

Também estamos ampliando o Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas para realizar, por dia, até 1.200 testes confiáveis de diagnóstico molecular da Covid-19, aumentando a capacidade do Estado para testagem em massa na população, além de possibilitar a retomada gradual e segura das atividades industriais e dos demais setores econômicos.

Paralelamente, articulamos diversas ações de apoio aos empresários goianos nesse momento de crise. Nosso objetivo é preservar vidas, empregos e a viabilidade das atividades empresariais.

Nesse sentido, promovemos mentoria gratuita a indústrias e realizamos intervenções educativas nos ambientes de trabalho, com palestras, oficinas de higiene e assepsia, guias orientativos e consultoria em saúde com foco na prevenção e combate ao coronavírus.

Promovemos webinars e lives semanais para orientação dos empresários industriais, levando informações e esclarecimentos que promovam a preservação dos empregos, a sustentabilidade das empresas e a competitividade do que produzimos em Goiás. E estimulamos a sociedade goiana a apoiar a indústria local, incentivando o consumo do que é produzido em nosso Estado.

Fomos pioneiros na entrega de uma solução para a retomada responsável das atividades produtivas, por meio de uma plataforma desenvolvida pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL). A ferramenta, disponibilizada gratuitamente ao Estado e às prefeituras e já rodando em cinco municípios goianos, foi reconhecida por outras unidades da federação e baliza a reabertura das indústrias, comércio e serviços com monitoramento dos bairros e dos casos de Covid-19. ■

Produção sustentável, aliada da vida

Na indústria atual não há espaço para atividades que não respeitem a vida e o meio ambiente. Mais do que um discurso, trata-se de uma constatação – à luz dos acontecimentos que marcam o mundo moderno – essa imperiosa necessidade de harmonização entre produção e sustentabilidade.

As atividades produtivas e humanas, bem sabemos, causam impactos, que podem e devem ser mitigados em busca da qualidade de vida, um bem caro para a humanidade. Nesse contexto, para utilizar corretamente os recursos naturais, todos sabemos o que precisa ser feito, que é imperativo o uso racional da água, o tratamento correto dos efluentes, assim como a disposição inteligente dos resíduos, por exemplo. Mas é fundamental e decisivo ir além do discurso e adotar verdadeiramente as boas práticas, em nossas casas, no trabalho, na escola ou no lazer.

Num exemplo, a pandemia do novo coronavírus evidencia quão importantes são as boas práticas de fabricação (BPF), que vêm ao encontro das medidas e dos protocolos sanitários que são exigidos neste momento de crise, muitos dos quais já adotados pelo setor produtivo, a exemplo das indústrias alimentícias e de medicamentos, secundadas por sua extensa e complexa cadeia produtiva.

Não por acaso, a indústria extrativa

mineral, um dos pilares da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) – ao lado da industrialização de grãos no Estado e do desenvolvimento da indústria da moda – desponta como estratégica para a retomada econômica do País pós-pandemia. Para concretizar esse potencial, a atividade necessita, no entanto, de apoio e de políticas de incentivo, na forma de investimentos e de pesquisa, visando à modernização e competitividade, como vem defendendo a Fieg.

Regionalmente, o setor precisa aprofundar discussão e apoiar o desenvolvimento do processo de licenciamento ambiental no Estado de Goiás, historicamente

defasado, marcado por anacronismo e burocracia sem sentido, o que reconhecemos já ter obtidos avanços importantes com a nova política estadual que vem sendo implantada na área, voltada à modernização da legislação e, consequentemente, à atratividade de empreendimentos.

São fatores essencialmente importantes em todo o processo de licenciamento ambiental o desenvolvimento de geoinformação para facilitar os processos de análise por meio da utilização de informações geoespaciais, bem como o incremento das matrizes de impacto socioambiental, que permitirá a análise do licenciamento de forma mais objetiva, focado realmente na mitigação dos impactos dos empreendimentos e atividades e indicação de soluções mais eficientes para o crescimento econômico do Estado de Goiás, deixando de lado uma produção de papel inútil, que em nada protege o meio ambiente e a qualidade de vida.

Neste 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, a indústria e todo o setor produtivo renovam esse compromisso desafiador de produzir com sustentabilidade, conciliando o cuidado com a natureza, produtividade, geração de empregos e melhoria da qualidade de vida no nosso Estado. ■

“ Num exemplo, a pandemia do novo coronavírus evidencia quão importantes são as boas práticas de fabricação (BPF), que vêm ao encontro das medidas e dos protocolos sanitários que são exigidos neste momento de crise, muitos dos quais já adotados pelo setor produtivo, a exemplo das indústrias alimentícias e de medicamentos, secundadas por sua extensa e complexa cadeia produtiva. ”



Alex Malheiros

FLÁVIO RASSI, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg.



Jorge Del Blanco

Artigo publicado no jornal O Popular em 5 de junho de 2020

Mundo novo

O livro *Admirável Mundo Novo*, escrito por Aldous Huxley em 1931, narra a história de uma sociedade futurista, em que seus habitantes passam por um pré-condicionamento biológico e psicológico para que vivam em harmonia com as leis sociais.

Embora tenha sido escrito há quase 90 anos, num momento em que as consequências sociais da grande crise de 1929 afetavam em cheio as sociedades ocidentais, *Admirável Mundo Novo* se mostra extremamente atual na realidade que estamos passando agora com o novo coronavírus, que põe em perigo o futuro do planeta e da espécie humana.

Uma onda de pessimismo se abate sobre o povo brasileiro com bombardeio de notícias, fake news, numeralização da morte, ideologização do vírus; descrédito e desalento predominam.

Não pode ser negado o número crescente de mortes, de fome e desemprego. Dúvidas e incertezas estão em toda parte, mas a teoria da conspiração não contribui em nada. Ainda bem que a estratégia da solidariedade está sendo adotada para a salvação de muitas famílias e essa prática tende a perdurar após a pandemia.

Uma nova ordem se impõe e deve ser questionada. Quais os desafios da gestão neste novo cenário? Quais são os padrões do modo de agir no mundo empresarial

“Nesse contexto, o Sistema Fieg colocou um S a mais na sua estrutura e gestão ao criar, em dezembro de 2019, a Fieg + Solidária, levando doações, por meio do recebimento de produtos de alimentação, limpeza e higiene pessoal de várias empresas, a 93 instituições, minimizando a situação de vulnerabilidade social de várias pessoas.”

SULAMITA DE AQUINO PORTO, assessora executiva do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa (Compem/Fieg)



Alex Malheiros



Jorge Del Bianco

não é de mercado e de lucro. É um ato de solidariedade, algo que escapa ao circuito de trocas, exigindo um esforço além da racionalidade.

Nesse contexto, o Sistema Fieg colocou um S a mais na sua estrutura e gestão ao criar, em dezembro de 2019, a Fieg + Solidária, levando doações, por meio do recebimento de produtos de alimentação, limpeza e higiene pessoal de várias empresas, a 93 instituições, minimizando a situação de vulnerabilidade social de várias pessoas (veja reportagem nas páginas 20-27).

Essa dimensão humanitária do Sistema Fieg, que começou antes da pandemia, veio para ficar, estimulando uma nova visão de mundo, na realidade dos negócios, e das organizações empresariais, vindo ao auxílio dos empresários como uma ferramenta eficaz para entender o cenário que estamos passando.

Essa atitude humanista de reposicionamento abrirá espaço para que as organizações produzam soluções eficazes para o dilema da própria humanidade.

Mais uma vez reportando-nos a Aldous Huxley, “quando as portas da percepção forem abertas poderemos ver o mundo como ele é..... infinito”..■

que consigam fazer intervenções e que tragam sentido às organizações? A solidariedade em forma de doação com certeza constitui uma alternativa que está se incorporando ao mundo das organizações.

O ato de doar deriva de uma ética que

O ‘novo normal’ das empresas após a Covid-19

E stá mais do que clara para todos nós a situação de pandemia da Covid-19, que abala o mundo inteiro, de forma acelerada e imprevisível. As consequências do novo coronavírus vão permanecer por um bom período e não temos a certeza até quando, se dois ou três anos. Não podemos precisar o tempo e a volta ao normal, ou ao “novo normal”, dependerá de alguns fatores: das pessoas, dos empresários e seus negócios.

Reinventar modelos de negócios é reinventar a si mesmo, sobretudo neste momento de dificuldades impostas pela crise sanitária global, em meio ao avanço da doença e o timing da reação da ciência, do tempo que se levará até a descoberta de uma vacina, por exemplo, de medicamentos capazes de frear o coronavírus.

As oportunidades surgirão conforme o segmento, como sair da indústria migrando para o setor de serviços, em muitos casos. Se a atividade não for sustentável, o empresário precisa “virar a chave”, correr atrás de novos negócios.

Uma das mais afetadas no processo de paralisação das atividades visando ao isolamento social, a indústria de confecções, por exemplo, em boa parte poderá migrar e já está migrando para a produção de EPIs (até setembro, liberada por resolução da Anvisa RDC-350). Aqueles que se regularizarem frente à Anvisa e ao Inmetro



permanecerão nesse mercado, que veio para ficar, pois todas as atividades serão retomadas seguindo medidas de segurança de saúde, garantindo integridade física e biológica da população.

A demanda por EPIs e saneantes crescerá para diversos segmentos, além de ambientes hospitalares, a exemplo de

“Reinventar modelos de negócios é reinventar a si mesmo, sobretudo neste momento de dificuldades impostas pela crise sanitária global, em meio ao avanço da doença e o timing da reação da ciência, do tempo que se levará até a descoberta de uma vacina, por exemplo, de medicamentos capazes de frear o coronavírus.”



Alex Malheiros

HERIBALDO EGÍDIO, empresário, diretor financeiro da Fieg, presidente do Conselho de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação/Fieg e do Fórum Aliança pela Inovação em Goiás

hotéis, escolas, restaurantes, shoppings, lojas de departamentos, eventos esportivos e musicais, teatros, cinemas, entre outros. Sem dúvida, um grande nicho de mercado a ser ocupado.

Portanto, deveremos ter atenção máxima aos novos rumos, reinventar nossas empresas e nossos negócios e ter a certeza de que o mundo não voltará a ser como era antes desta pandemia.

Paradoxalmente, muitas vezes será preciso desconstruir para serem construídos novos horizontes e, por consequência, novos negócios e oportunidades. Este é um momento de revisar propósitos, planos e próximas ações, é nisso que nossas empresas devem se posicionar.

Em meio a tudo isso, é imperioso ingressar no universo da inovação, mas do que nunca, seja a empresa do porte que for: grande, média e pequena, especialmente essas, cuja sobrevivência dependerá da incorporação do processo inovativo. Como sempre dissemos, inovação não é custo, é investimento necessário para, neste momento, salvar nossas empresas.

É preciso vencer esse desafio, o que passa também pela preparação de nossos jovens, com oferta de novos cursos, novos modelos em áreas específicas e fazer com que se apaixonem por inovação e tecnologia, manufatura avançada e Indústria 4.0. ■

Sesi e Senai em busca de um novo legado para a indústria

“O Sesi e o Senai têm o desafio de fortalecer a atuação em rede, levando soluções de educação, tecnologia e inovação a qualquer canto do Estado onde há uma indústria, trabalhando em prol do desenvolvimento econômico e da geração de riqueza.”



Silvio Simões

CLAUDEMIR JOSÉ BONATTO, novo diretor de Educação e Tecnologia do Sesi e Senai em Goiás

Com história muito sólida e bonita, construída ao longo de quase sete décadas, de valor inestimável e de forte contribuição ao desenvolvimento industrial do Estado de Goiás, o Sesi e o Senai devem valer-se dessa referência como mola propulsora para construir a visão de futuro que oriente o novo posicionamento em termos de atuação nos campos da educação, da tecnologia e inovação, além de construir um legado para a nova indústria e para o novo mundo que está batendo à porta de nossas empresas e da sociedade.

Esse é nosso compromisso e um dos focos das instituições do Sistema Fieg de agora em diante, a partir de um novo marco estabelecido para a indústria, seus trabalhadores e para a sociedade, em meio à corrida pela inovação e tecnologia, sobretudo pós-pandemia da Covid-19.

Os fundamentos desse olhar para o futuro consideram a questão da cultura industrial, que deve ser cada vez mais forte em todas nossas abordagens, em nossas ações e no desenvolvimento de competências de nossos alunos, essências para as profissões do futuro. Esse mesmo olhar também deve orientar as entregas que fazemos por meio de nossos institutos de tecnologia. A educação básica, profissional e superior (direcionada para a formação e qualificação de jovens e trabalhadores), a assessoria tecnológica, a consultoria e o

desenvolvimento de tecnologias precisam constituir um conjunto bem harmonizado de entregas diferenciadas, permitindo que nossas indústrias sejam cada vez mais produtivas e competitivas.

É preciso buscar ampliar nossa aderência em termos de atuação de forma que toda a sociedade, especialmente a indústria, reconheça e perceba, na atuação do Sesi e do Senai, um valor inestimável, respondendo à altura de suas necessidades e gerando soluções tanto para seus problemas, quanto para o atendimento de suas demandas.

Um outro foco é olhar para a sustentabilidade, única forma de seguirmos na direção da perenidade dos negócios do Sesi e do Senai, da melhoria da qualidade de nossos produtos, sejam eles de educação em todos os níveis ou de tecnologia. Só uma atuação de vanguarda pode garantir nossa presença no futuro e nos novos ciclos de desenvolvimento do setor industrial.

Nesse sentido, também temos um olhar voltado para o intenso processo de transformação digital de nossos negócios. O mundo tem caminhado rapidamente para esse modelo de operação e o Sesi e o Senai também precisam fazer um exercício interno de repensar, de reposicionar estrategicamente seus negócios na direção dessa transformação, tanto dos serviços que alcançam diretamente nossos estudantes e

a indústria, quanto no sentido de sermos cada vez mais eficientes operacionalmente.

É imprescindível também, para Sesi e Senai, alavancar atuação na Educação a Distância (EaD). A própria pandemia e a experiência que estamos vivendo nesses tempos turbulentos nos obrigaram a nos reinventar diariamente e ajustar completamente nossa modelagem e oferta de educação. Transformamos nossa entrega presencial em praticamente 100% virtual, o que tem demonstrado que essa é a alternativa que vai ser a grande força motriz da oferta de produtos, especialmente de educação em todas as modalidades a partir de agora. Mais do que nunca é estratégico fortalecer, ampliar e trazer elementos de inovação cada vez mais robustos para nossa oferta de um ensino digital cada vez mais aderente às demandas e tendências.

Preparar crianças e jovens e qualificar os trabalhadores, oferecendo educação de excelência, tornam o Sesi e o Senai agentes indutores cada vez mais relevantes para a sociedade, para a indústria do presente e do futuro.

O Sesi e o Senai têm o desafio de fortalecer a atuação em rede, levando soluções de educação, tecnologia e inovação a qualquer canto do Estado onde há uma indústria, trabalhando em prol do desenvolvimento econômico e da geração de riqueza. ■

“ Não podemos descartar exatamente essa questão de uma política de incentivos, porque todos nós no governo concordamos que é papel nosso buscar criar o maior número de facilidades para que a economia consiga retomar seu curso normal ”



Uma estratégia para a retomada

*Em momento de expectativa de retomada das atividades econômicas, o **Fórum de Entidades Empresariais de Goiás** promoveu no dia 16 de junho conversa virtual entre lideranças goianas e o vice-presidente da República, **general Hamilton Mourão**, com o tema Perspectivas do Brasil pós-Covid-19. Conduzida pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), **Sandro Mabel**, a webconferência, que a **Goiás Industrial** reproduz na íntegra, proporcionou a abordagem de medidas necessárias à recuperação da economia e do emprego.*

Em quase uma hora de bate-papo pelo canal do Youtube da Fieg, os presidentes da Federação do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio-GO), Marcelo Baiocchi; da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner; da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Goiás (FC-DL-GO), Valdir Ribeiro da Silva; da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás (Faciieg) e do Sebrae Goiás, Ubiratan da Silva Lopes; da Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (Acieg), Rubens Fileti; da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), Otávio Lage de Siqueira Filho; e da Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás (OCB/GO), Luís Alberto Pereira, fizeram perguntas ao general sobre assuntos relacionados à pandemia do novo coronavírus e seus efeitos na economia.

Ao abrir a conversa, o presidente da Fieg observou que, na falta de uma política de desenvolvimento regional, alguns Estados, como Goiás, adotaram programas de incentivos fiscais para dar competitividade sobretudo à indústria, mas também aos setores de logística e comércio atacadista, e indagou sobre a importância dessas políticas neste processo de retomada das atividades econômicas e estímulo ao retorno do crescimento do PIB.

“Não podemos descartar essa questão da política de incentivos ao setor produtivo. Todos nós do governo concordamos que é



► **BRASIL PÓS-COVID-19:** Sandro Mabel conduz conversa, por videoconferência, entre o vice-presidente Hamilton Mourão e empresários goianos, promovida pelo Fórum Empresarial

preciso criar oportunidades para retomada da economia, que não será simples”, disse o vice-presidente, em resposta a **Sandro Mabel**, ponderando que isso precisa ser feito dentro do limite da responsabilidade fiscal. Segundo ele, o agronegócio terá crescimento mais rápido do que a indústria e o setor de serviços, por exemplo, que “*sofrem da falta de demanda e de oferta*”. Ele apontou como um dos maiores problemas, neste momento de pandemia, o aumento do endividamento e da perda de renda para muitas famílias brasileiras.

Na avaliação de Mourão, a retomada do crescimento e da atividade econômica passa por investimentos em infraestrutura. Segundo o vice-presidente da República, há cerca de 40 projetos de concessão prontos à espera de investidores internacionais. “Infraestrutura é a atividade que congrega todas as outras. Essa é a saída no meu entendimento. O emprego é em massa”, ponderou.

A análise é de que o setor tem grande capacidade para gerar emprego e movimentar negócios em diversos outros segmentos da economia, além de ampliar a capacidade de consumo interno, aquecendo o mercado doméstico. No entanto, na opinião dele, o principal entrave é atual falta de espaço fiscal do governo federal para liderar essa ação.

Segundo o general, é fundamental a atração de parceiros internacionais, estimulando blended investments nos projetos com grande impacto social, como ferrovias, rodovias, portos etc. “Eles precisam saber que o dinheiro aplicado será devolvido nos próximos 20 anos com um ambiente de negócios saudável”, disse o vice-presidente, ao defender a importância de o Brasil comunicar ao exterior a imagem de que há estabilidade institucional no País.

Para Mourão, após a aprovação da reforma da Previdência, no final do ano passado, o País parou. “Estamos numa ressaca pós-Previdência. A questão tributária afeta a todos. Precisamos simplificar os tributos. E a atual regulamentação e o excesso de burocracia perturbam o empreendedorismo”, observou. Mourão retomou a promessa de campanha de garantir melhores condições para empreender e reconheceu que o atual sistema tributário penaliza os pequenos empresários. “O debate faz parte para o reerguimento da economia, sobretudo nesse momento pós-pandemia”.

Segundo ele, o atual sistema tributário brasileiro custa R\$ 75 bilhões ao ano para governo e empresas, além de promover

a sonegação/evasão de cerca de R\$ 450 bilhões ao ano. Em sua opinião, se a reforma tributária diminuir pela metade esse prejuízo já será um grande avanço. “O ótimo é o inimigo do bom. Vamos buscar o bom”, disse ao referir-se a proposta da reforma tributária, complementando “o bom já é um avanço tremendo para a economia”.

Sandro Mabel – Sr. vice-presidente, na falta de uma política de desenvolvimento regional, alguns Estados adotaram programas de incentivos fiscais para dar competitividade sobretudo à indústria, mas também aos setores de logística e comércio atacadista. Como o senhor vê a importância de tais políticas neste processo de retomada das atividades econômicas e estímulo ao retorno do crescimento do nosso PIB, principalmente após essa pandemia?



Hamilton Mourão – A discussão em torno do processo de retomada da economia tem permeado todos os grandes pensadores da área econômica e, obviamente, aqui dentro do governo temos buscado e tentado chegar aquelas que serão as melhores soluções e que caibam, efetivamente, dentro do espaço fiscal que o governo brasileiro possui e que é um espaço fiscal muito limitado. Considero que estávamos num rumo liberal, uma situação onde tínhamos por norte as visões do Milton Friedman (1912-2006, economista liberal, vencedor do

prêmio Nobel em 1976) e, em determinado momento, nosso governo teve que mudar radicalmente para uma posição keynesiana (teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes, 1883-1946) de injetar recursos na sociedade, mesmo com toda a dificuldade que nós tínhamos, seja dinheiro diretamente na mão daqueles mais necessitados, seja em socorro a Estados e municípios, seja na abertura de linhas de crédito, seja na postergação do pagamento de impostos. Foi uma série de medidas que nós não conseguimos ainda quantificar efetivamente. Temos apenas estimativas de qual será o nível de endividamento e o déficit primário que nós iremos atingir neste ano. Mas não podemos descartar exatamente essa questão de uma política de incentivos, porque todos nós no governo concordamos que é papel nosso buscar criar o maior número de facilidades para que a economia consiga retomar seu curso normal. Não será simples. Tenho uma visão muito clara de que nós não vamos ter uma retomada em

“V” (queda brusca e forte da atividade econômica, seguida de crescimento rápido e vigoroso) em paralelo de todos os setores da economia. Cada setor terá seu momento. Nosso agronegócio não está sofrendo os problemas gerados pela pandemia. Muito pelo contrário, ele está experimentando até umas janelas de oportunidades maiores em vista de um mercado asiático que está reagindo e buscando comprar o maior volume de alimentos para lá. Então, estamos vendo o aumento das exportações de carne, de soja, de milho, inclusive com vendas já de produções futuras. Agora, a indústria e principalmente o setor de serviços estão sofrendo choques da falta de oferta e da falta de demanda. Então, quando chegarmos a um momento de maior tranquilidade em relação ao vírus, vamos ter que buscar essa rearticulação entre a oferta e a demanda. Muitas famílias sairão endividadas, muitas perderam suas poupanças, empresas passarão por isso também. Então eu vejo que os governos, sim, terão que atuar, dentro dos seus limites, por meio de incentivos fiscais, por outros tipos de renúncias que puderem ser feitas, mas lembrando sempre que temos um limite ao endividamento.

Marcelo Baiocchi – As medidas de isolamento forçadas de fechamento do comércio impactaram de forma mais profunda o setor do comércio de bens, serviços e turismo, em especial as micro e pequenas empresas, com reflexo nos empregos. Em todo o País, o setor também foi o mais afetado pela crise econômica provocada pela pandemia. Que medidas de incentivo, apoio e estímulo econômico o governo federal projeta para o segmento?

Mourão – Esse tem sido outros dos pontos de discussão constante (dentro do governo), porque houve uma liberação de linhas de crédito (para as empresas) e, de acordo com os dados que têm chegado ao Ministério da Economia, esse crédito travou no meio do caminho pela própria regulamentação aí dos bancos. O ministro Paulo Guedes (Economia) vem discutindo esse assunto

de como fazer o combustível fluir por esse duto, porque ele travou. O fundo geral de investimentos, na nossa visão, é a solução para isso. Atuar junto aos bancos públicos, sobre os quais podemos ter uma atuação maior do que sobre os bancos privados, apesar de os bancos privados estarem buscando oferecer esse crédito a quem necessita. Mas as condições têm que ser melhor negociadas. Entendemos a questão bancária. O banco, na realidade, lida com o nosso dinheiro e então ele tem que proteger o dinheiro de

todo mundo que está depositado lá. Essa questão do risco é algo que os bancos levam muito em conta, apesar da taxa Selic (que determina os juros básicos na economia) estar baixa e tende a cair mais ainda. Chegaremos a um juro negativo porque estamos vivendo um período de deflação nos últimos meses. O ministro Paulo Guedes e sua equipe entenderam que esse crédito não chegou a quem necessitava e estão junto aos bancos para ter uma garantia do Tesouro de modo que o banco se sinta em condições de liberar esse recurso. O dado que eu tinha é que seriam aí recursos da ordem de R\$ 20,0 bilhões que poderiam ser aproveitados em proveito das micro e pequenas empresas.

José Mário Schreiner – Como coordenador do Conselho da Amazônia, quais seriam as ações tomadas, principalmente para reverter essa situação, onde a imagem do Brasil é distorcida, com informações inverídicas, e levada para a área internacional, o que nos prejudica, principalmente no setor do

agro, sob a forma de barreiras não tarifárias?

Mourão – O conselho nasce, ou renasce, porque ele já existia, exatamente dentro dessa visão de que precisávamos ter uma coordenação e controle mais apropriados das ações governamentais no sentido de podermos enfrentar as irregularidades e, obviamente, na esteira das irregularidades, todos os mitos que são criados em relação ao que efetivamente ocorre na região da Amazônia, tendo uma tríplice tarefa de atuar na proteção, preservação e no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Fizemos uma reunião em março, buscando pela primeira vez ali reunir os ministros e ►



► **Marcelo Baiocchi**
(Fecomércio)



► **José Mário Schreiner**
(Faeg)

Luis Macedo

com isso aprovarmos medidas iniciais, lançarmos as bases para um planejamento estratégico, que está em desenvolvimento e será discutido pelo conselho em julho para termos ações imediatas. Dentre essas ações, uma é a busca óbvia da mudança imagem. Nós perdemos o discurso, o domínio da narrativa no ano passado. A primeira coisa que temos que reconhecer é que existem erros. Temos que ter a honestidade de reconhecer os erros que foram cometidos, mas dizer que nós estamos atuando, que o governo não está se omitindo e quando menciono o governo eu falo em todos os níveis, assim como os produtores brasileiros não se omitem de ter a sua produção certificada de forma a ingressar no mercado internacional e serem plenamente aceitos. Como estamos travando essa luta? Por meio de entrevistas com a imprensa nacional e internacional, conversas com os embaixadores, principalmente da União Europeia. Eu me reuni com todos os embaixadores da região exatamente para falar sobre isso. Conversas em particular com os embaixadores da Alemanha e da Noruega, que são os grandes financiadores do Fundo Amazônia, mais com o do Reino Unido, que também quer aderir ao fundo. E, em todas as oportunidades possíveis, lançarmos essa visão do que realmente ocorre e termos o domínio dos dados. A gente sabe que apenas 2% da nossa produção agrícola se dá na Amazônia Legal e, quando a gente fala em Amazônia Legal, parte dela é cerrado, que é a área onde se dá essa produção. Agora, 30% da nossa pecuária vem da Amazônia. Isso é uma realidade, notadamente ali no Estado do Pará, no norte do Mato Grosso, de Rondônia. Nossa outra função em relação aos produtores da Amazônia é mostrar a eles que se eles trabalharem dentro da regulamentação do Código Florestal, nós tivermos uma rastreabilidade daquela produção que vem de lá, nós só teremos ganhos, inclusive porque nós vamos aumentar a produtividade sem precisar derrubar mais nenhuma árvore. Então, esses conceitos é que nós estamos buscando passar para a comunidade internacional. Hoje, com a dificuldade aí existente pela pandemia da Covid-19, que já gera outras pressões por parte das ONGs ambientalistas e indigenistas em relação à doença chegando a terras indígenas, e mais uma vez com dados contaminados. Um dado contaminado que vou colocar aqui para os senhores é que toda hora é colocado que tem 20 mil garimpeiros na terra indígena Ianomâmi. Ora, a população do Estado de Roraima é de 400 mil pessoas. Isso significa que 5% de Roraima está dentro da terra

indígena ianomâmi. Então os senhores imaginem a quantidade de suprimentos, comida, tem que ser transportada semanalmente, diariamente para que essa turma coma pelo menos duas vezes ao dia. Então seria uma quantidade de aeronaves voando, caminhões se deslocando pela BR-174. São dados que são lançados a todo o momento e terminam naquela teoria goebbeleriana de que uma mentira dita várias vezes vira uma verdade, e é exatamente o que está ocorrendo. Nosso trabalho hoje é, em primeiro lugar, combater as ilegalidades, não aceitar as ilegalidades, e que não ocorram realmente invasões em terras indígenas e em áreas de proteção ambiental; conscientizar nossos produtores e aí grande parte dos pequenos produtores que se encontram lá na Amazônia até hoje não têm seu título de propriedade de terra. Então é nossa luta, junto com a ministra Tereza Cristina (da Agricultura), dentro do Congresso, para a aprovação do Projeto de Lei número 2633, que é fundamental que seja aprovado para que a gente avance na regu-

larização fundiária da Amazônia, porque se não fizermos essa regularização, vamos ficar eternamente enxugando gelo em relação a essa questão do desmatamento, porque não teremos a quem atribuir a responsabilidade por erros cometidos. Também considero que a indústria das multas tem que entrar dentro da capacidade do multado. Não adianta ela chegar e dizer que está multando o produtor em R\$ 50 milhões porque ele não vai pagar nunca e vai ficar tudo por isso mesmo. É muito melhor aplicar uma multa que seja exequível, receber

o dinheiro e o sujeito ter que entender que não pode avançar em irregularidades no terreno dele. É uma luta grande e é isso que estamos fazendo. A gente precisa de um avanço um pouco maior nos próximos dias, porque sei que haverá uma pressão grande em relação ao que está ocorrendo na Amazônia e é mais um abacaxi para o governo descascar.



▶ Valdir Ribeiro da Silva (FCDL-GO)

Valdir Ribeiro da Silva – Agradecemos muito as linhas de crédito que o governo liberou para ajudar o empresariado nesta pandemia. O que acontece é que até hoje a maioria absoluta das empresas não teve acesso ao financiamento, por conta da burocracia dos bancos. O governo planeja alguma reforma estrutural no Brasil pós pandemia, que vá facilitar a vida dos empresários na tomada de crédito? Nesse contexto, a Alemanha, na crise de 2008, centralizou o socorro aos empresários no KfW, que é um banco de fomento de lá.

Então, conseguiram injetar o dinheiro público na economia diretamente, sem todas as restrições dos bancos privados.

Mourão – Essa questão é importante, principalmente para o setor de serviços, que é o mais afetado na nossa economia. Grande número de pequenas empresas, bares, restaurantes, lojas não está conseguindo vender porque ficaram grande tempo parado. Alguns pouco estão abertos. As famílias também estão retraídas para consumir. Teve gente que queimou sua poupança. Teve gente que perdeu seu emprego. Todo mundo está aguardando o que vai acontecer. O governo terá que realmente dar um empurrão, seja na prorrogação por tempo limitado do coronavoucher e, mais uma vez, a questão da linha de crédito, com garantia do FGI (Fundo Garantidor de Investimento), com a utilização dos bancos públicos – e aí o papel do BNDES é colocar o recurso na mão de quem está necessitado. Existem outras medidas estruturantes no País que estão paradas. Parece que estamos numa ressaca depois da aprovação da reforma da Previdência. Veio o período de final de ano quando as coisas aqui no Brasil não caminham na velocidade com a qual deveriam caminhar e de imediato entrou a pandemia num momento em que tínhamos as reformas para fazer. E aí entra a questão tributária, que afeta a todos. Precisamos simplificar os tributos. Estão aí as discussões para criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e a reforma tributária é algo que tem que ser discutido, assim como a questão da regulação e do excesso de burocracia que ainda continuam a perturbar o empreendedorismo e quem necessita empreender no Brasil. O governo precisa fazer o crédito chegar a quem necessita, porque há dinheiro para chegar às empresas, principalmente do setor de serviço, às pequenas e microempresas. E o governo precisa estimular a criação de empregos e aí entra a questão da emenda constitucional que criava a carteira (do trabalho) verde e amarela, que está parada no Congresso. Precisamos voltar a discutir isso daí.

Ubiratan da Silva Lopes – *As micro e pequenas empresas (MPE) encerraram o ano de 2019 com um saldo de 731.384 empregos gerados, enquanto as médias e grandes empresas acumularam um saldo negativo de 88.127 postos de trabalho. Mesmo assim, as MPE enfrentam juros mais altos e pagam uma das mais altas cargas tributárias do mundo. Nesse sentido, o que o governo federal está fazendo para enfrentar essa triste*

realidade? O senhor acredita que a reforma tributária poderá ser a solução para garantir as MPE o tratamento diferenciado previsto em lei?

Mourão – Na realidade, temos que fazer o nosso mea-culpa, porque desde a campanha eleitoral viemos com o discurso de que iríamos garantir maior liberdade de empreendimento e, nisso aí, a redução da carga tributária ou pelo menos uma reforma inicial que permitisse um sistema amigável de tributos, sem ser tão regressivo como ele é hoje, penalizando sempre o pessoal mais necessitado. E, no caso específico aí, até as pequenas e microempresas, que são grandes geradoras de empregos, principalmente nos tempos em que estamos vivendo, com essa mudança nas relações comerciais, fruto do avanço da tecnologia e que nos leva para um mundo cada vez mais digitalizado. Com isso, esse setor se expande numa velocidade muito grande, diferente do que era o modo de produção conhecido aí no século passado,

porque entramos em um novo modo que é conhecido como a economia do conhecimento. Então, temos que avançar nessa questão tributária, que está emperrada. Temos os projetos do Senado, da Câmara, tem as visões do Paulo Guedes (ministro da Economia) e está mais do na hora de sentarmos, Executivo e Legislativo, para acertar isso porque somos responsáveis por dar uma solução. Não é um problema simples, porque os interesses envolvidos na questão tributária são os mais diversos possíveis. Temos uma responsabilidade grande nisso aí e eu acho que, no

retorno das atividades normais no Congresso ou mesmo agora ainda, com essas atividades sendo conduzidas por meio virtual, a gente tem que tocar essa discussão para frente, porque ela faz parte sim do reerguimento da economia para o ano que vem. Por isso, não podemos ficar esperando. Temos que avançar na discussão e colocá-la na mesa efetivamente. Não sou um tributarista, mas o que temos de conhecimento desse sistema? É um sistema complicado e caro. Ele custa uns R\$ 75 bilhões por ano para o governo e para as empresas e tem R\$ 400 bilhões a R\$ 450 bilhões de sonegação/evasão. Se nós fizemos uma reforma que permita cortar esses valores pela metade, diminuindo a sonegação e os custos pela metade, teremos obtido uma vitória extraordinária. Isso já resolveria o problema pela próxima década e, em 2030, a gente volta a tratar desse assunto.

Rubens Fileti – *A ampliação da massa salarial ocorreu de* ►



forma lenta em 2019. Sua relação com crescimento é direta. A previsão era melhorar para 2020. A recessão da Covid pode levar a 20 milhões de desempregados em curto prazo de tempo, quase dobrando a taxa de desemprego. Com as contas públicas comprometidas e as empresas archoadas, qual a estratégia para retomar o emprego, a massa salarial e o crescimento neste cenário de arrocho?

Mourão – O governo, desde o começo da pandemia, se comunica mal e aí não consegue muitas vezes transmitir o que está fazendo de uma forma organizada. Mas, o governo procurou trabalhar na harmonização das três curvas negativas que iriam aparecer. Uma era a curva da pandemia. A gente não podia permitir que a doença avançasse numa velocidade tal que não coubesse dentro do nosso sistema de saúde público. O governo procurou trabalhar nisso aí, em todo o SUS (Sistema Único de Saúde), com todos os recuos havidos, trocas de ministros, confusão, cloroquina, não cloroquina. Mas procuramos trabalhar nessa área. O governo procurou também trabalhar na curva do emprego, com medidas que visassem manter o emprego ou pelo menos permitindo a suspensão de contratos, mas fazendo com que a pessoa voltasse após o término dessa suspensão, com o governo pagando parte do salário. E também medidas para manter a atividade econômica num mínimo, por meio das linhas de crédito, por meio de recursos colocados na mão de pessoas que mais necessitam. Agora, como é que vai voltar isso? Para mim, a resposta é clara: é infraestrutura. A infraestrutura é a atividade que congrega todas as outras, porque se eu for construir uma ferrovia, vou precisar de gente que produza trilho, dormentes, máquinas, áreas que gerem emprego em massa, gente com menor qualificação pode ser empregada nisso aí. Como vamos investir em infraestrutura se o governo não tem espaço fiscal para isso? Temos que atrair os parceiros privados. Nós temos que nos apresentar para os investidores internacionais, porque está sobrando dinheiro no

mundo. Temos que ser mascates dos nossos projetos. É o trabalho do ministro Tarcísio de Freitas, da Infraestrutura, é o trabalho do Ministério da Economia. Temos que atrair esse povo para investir aqui, na construção da Ferrovia Oeste-Leste, da Ferrogrão, investir nas concessões de portos e aeroportos, de rodovias, num ambiente de negócios saudável. A infraestrutura é a grande saída. Temos espaço fiscal para colocar aí uns R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões do governo num primeiro momento, mas temos que estar

trabalhando forte desde hoje. O (ministro da Infraestrutura) Tarcísio tem aí em torno de 40 e poucos projetos de concessão, de investimento direto e temos que atrair o dinheiro que está fora do Brasil. Temos que fazer o nosso dever de casa, porque se coloca a imagem de que o País vive uma instabilidade institucional. Me recuso a dizer que temos uma instabilidade institucional. Aqui temos muito mais instabilidade emocional do que institucional. As instituições estão aí funcionando, todo mundo dando o seu pitaco. Agora, as emoções muitas vezes estão à flor da pele, palavras saem e voltam, palavra que sai da boca não volta mais e aí a turma tem que buscar amenizar isso aí, usando a velha filosofia do grande Neném Prancha, vamos botar a bola no chão, afinal de contas, a bola é de couro, o couro vem da vaca e a vaca come grama. Então, bola no chão.

Douglas Schinatto / O Popular



▶ Otávio Lage de Siqueira (Adial)



Otávio Lage de Siqueira Filho
– **Quais as políticas de estímulo previstas pelo governo federal para impulsionar o retraído PIB industrial brasileiro, que tem sofrido**

quedas seguidas há alguns anos e piorou com a pandemia? Concorde que precisamos de mais estímulo à agregação de valor às nossas matérias-primas?

Mourão – A pandemia vai abrir novos canais. Aquilo que eu considero que é um dos verdadeiros pilares do capitalismo, que é a destruição criativa, ela vai acontecer agora, está acontecendo. Temos que nos colocar nessa proa, nesse vento, aproveitar esse vento e aí fortalecer a nossa indústria. Não há sombra de dúvida de que muita coisa que era produzida no Leste da Ásia vai sair de lá porque os grandes chegaram à conclusão de que não podem

colocar todos os ovos na mesma cesta e vão retirar essa produção. E aí nós temos que nos apresentar nessa hora, nós o Brasil, como o parceiro confiável para essa produção vir para cá. Esse deve ser o trabalho do governo brasileiro, que deve ser o indutor, o facilitador, para trazer esse investimento, essa produção industrial, aproveitando nossa capacidade instalada. Temos uma capacidade ociosa, temos energia ociosa, temos condições de avançar mais ainda na produção de energia e de energia limpa. Vamos lembrar isso aí; a gente não queima petróleo e carvão. Nossa matriz energética é em grande parte renovável, seja hidrelétrica, seja fotovoltaica, seja eólica. Então, nós aproveitarmos essas condições que nós temos aqui no País e atrair esse pessoal que vai se retirar lá da Ásia. Já estão se retirando. O Japão já está tirando. Os Estados Unidos e a China, isso aí vai ser uma boa confusão. A União Europeia está nessa pressão. Temos que arrumar nossa casa, reorganizar as coisas, parar com essa brigalhada, com esse clima de Fla-Flu aqui dentro. Não há bom senso. Já conversei com o embaixador americano sobre esse assunto e ele se mostrou receptivo. Tive conversas com representantes da União Europeia, com representantes de grandes bancos, com o Council of the Americas (organização comercial dos EUA dedicada a promover o livre comércio). Temos que vender o Brasil como um lugar confiável, onde essa turma pode chegar, usar a nossa capacidade instalada, que está aí ociosa, e a partir daí a gente começar a produzir, utilizando os insumos que temos aqui, e passar a exportar produtos com valor agregado, que deem retorno pelo conhecimento que está embutido ali, porque isso é o que gera valor.

Luís Alberto Pereira – *O cooperativismo no Brasil é responsável por cerca de 12% do PIB e influencia, direta ou indiretamente, na vida de quase 60 milhões de pessoas. É responsável por 50% do PIB agropecuário. O sr. entende que os diferentes governos têm estimulado suficiente o cooperativismo no Brasil? Como o atual governo visa fomentar as cooperativas brasileiras?*

Mourão – O cooperativismo é muitas vezes mal-entendido. Existe uma visão da esquerda, por exemplo, que ela olha aquelas pequenas cooperativas e não entende a questão macro. Em governos anteriores, houve realmente um incentivo. Eu vejo o cooperativismo como solução para diversas regiões, principalmente para a Amazônia. O cooperativismo tem um largo campo para

atuar na região. Ele está presente nos Estados do Sul, na Região Centro-Oeste. Grande parte da nossa produção agrícola gira em torno do sistema. E o conceito do cooperativismo é muito claro, que é o de que todos, se apoiando mutuamente, terão um resultado muito maior do que se cada um agisse individualmente. Esse conceito que tem que ser expandido, até porque nosso individualismo é muito grande. Então, temos que romper essa visão em muitos lugares. O papel do governo é fomentar, é fazer com que as experiências bem-sucedidas cheguem a outros lugares. Por exemplo, na nossa Comissão de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, já estamos tratando dessa questão, de estabelecimento de cooperativas, de avançar no cooperativismo na exploração da biodiversidade, da bioeconomia. Vejo isso como um futuro muito grande para a região da Amazônia, aproveitando obviamente as experiências bem-sucedidas no Sul do País e no Centro-Oeste. O governo tem que fazer avançar isso, fornecendo as melhores

práticas, incentivando para que o cooperativismo ocorra. E isso está muito ligado ao crédito que vai ser disponibilizado, ao estabelecimento de entidades de crédito que permitam que os cooperativados tenham acesso à assistência técnica e que tenham condições de avançar na sua produção.



Sandro Mabel – *Fica nosso muito obrigado e deixo a palavra com o sr. para as últimas considerações.*

Mourão – Estamos enfrentando um momento difícil na história da humanidade. Mas queria lembrar que, há 100 anos, a humanidade enfrentou duas epidemias e as venceu. Uma foi a gripe espanhola, que atingiu o mundo em cheio, causando a morte de 40 milhões de pessoas. Não vamos chegar nesse nível agora com a Covid-19. No Brasil, muita gente foi atingida por ela. E tínhamos outra epidemia que nasceu naquele momento que foi a epidemia do bolchevismo, a epidemia do comunismo. E essas duas epidemias foram debeladas ao longo do tempo. Quero deixar claro que essa epidemia da Covid-19 e outra epidemia que grassa no mundo, que é esse tribalismo, essa brigalhada excessiva, nós vamos passar por cima disso, por meio de diálogo, da busca da harmonia, enaltecendo os valores da formação da nacionalidade brasileira, uma nacionalidade formada pela junção de três grupos étnicos distintos, do europeu, do africano e do indígena que estava aqui. Somos esse produto, já vencemos outras situações difíceis e vamos vencer essa e vamos avançar, com o trabalho de todos. ■



Fieg + Solidária, corrente do bem durante (e pós) pandemia

Projeto de responsabilidade social da Fieg que nasceu no Natal do ano passado ganha impulso durante a pandemia, que deixou potencializou a situação de vulnerabilidade de estratos sociais, mobiliza o empresariado e a sociedade e deve ter continuidade pós-Covid-19

Renata Dos Santos, Dehovan Lima e Luciana Amorim
Foto Alex Malheiros e Sílvia Simões

Com meta de arrecadar, durante a pandemia do novo coronavírus **cem toneladas de alimentos**, produtos de higiene e vestuário, o projeto Fieg + Solidária comemora, em pouco mais de um mês de campanha, o alcance de mais da metade da meta e a adesão maciça de empresários, sindicatos da indústria e outros segmentos da sociedade, parceiros que sustentam a iniciativa, que vai continuar além do período de crise da Covid-19.

Quem garante é a advogada Raquel Ribeiro, idealizadora da Fieg + Solidária e mulher do presidente da Fieg, empresário Sandro Mabel.

Segundo ela, o projeto cumpre seu objetivo principal: o papel conscientizador do empresariado e da sociedade sobre a importância de despertar um espírito solidário constante, capaz de amenizar as dificuldades enfrentadas por populações vulneráveis, quem mais precisa de apoio ▶



► **Raquel Ribeiro,**
presidente da Fieg +
Solidária:
"Responsabilidade social e
solidariedade não podem
ficar apenas na teoria e
devem ser algo permanente"



nesse momento de enfrentamento do novo coronavírus e, também, depois da crise. “O projeto precisa ser algo fixo, com metas a serem atingidas a cada dois meses, porque a vida dessas pessoas beneficiadas com as doações continuará difícil, pois permanecem as adversidades e carências de todos os tipos”, destaca.

Formada pela PUC-GO, em 1998, a advogada Raquel Ribeiro tem 45 anos e uma trajetória de atuação no meio jurídico, mais especificamente nas suas áreas de especialização: processo civil e direito imobiliário. A reportagem acompanhou o trabalho dela na Fieg + Solidária, numa tarde de segunda-feira, dia da semana escolhido para ser feita a entrega dos produtos arrecadados.

O subsolo normalmente vazio da Casa da Indústria, na Vila Nova, em Goiânia, agora é um espaço ocupado por fardos de alimentos e produtos dos mais variados. É lá, diante da galeria de fotografias de ex-presidentes da Fieg, como o pioneiro Aquino Porto, que os representantes das entidades beneficiadas discursaram brevemente com agradecimentos e relatos sobre o cotidiano de ações beneficentes de suas entidades e como as doações atingem a vida das pessoas que recebem o auxílio da Fieg + Solidária.

Além das doações feitas sistematicamente às segundas-feiras na Casa da Indústria, a Fieg + Solidária faz distribuição itinerante, a exemplo da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Ordem e Progresso (Acop), no Setor Albino Boaventura, Região Noroeste de Goiânia, onde entregou 2,5 toneladas de materiais recicláveis, cestas básicas, leite, bolachas e material de limpeza. Uma ajuda que chegou em “boa hora”, segundo o presidente da Acop, José Iramar Araújo de Souza. “Com a pandemia, houve redução do volume de material reciclável. Estávamos precisando de material para trabalhar e também já passando necessidade em casa. As doações vão nos ajudar muito.”

Em outra ação semelhante, a Fieg + Solidária levou, em abril, 1.200 litros de leite à Prefeitura de Aparecida de Goiânia para distribuição pela Secretaria Municipal de Assistência Social às famílias cadastradas em programas de auxílio. “Vamos ajudar várias famílias, esse leite vai fazer a diferença na vida de muitas crianças. Isso traz uma alegria imensa, saber que podemos contar com outras pessoas para abençoar a vida dessas famílias, sobretudo nesse momento de pandemia do coronavírus”, afirmou a primeira-dama do município, Mayara Mendanha, ao receber a doação

Fazer bem e não olhar a quem

A cada semana, grupos de sete diferentes entidades são alvo da campanha, que chama atenção ainda pelo “caráter ecumênico” do movimento, que atende desde igrejas evangélicas e católicas, a associações espíritas, orfanatos, asilos e associações de moradores. Munida de uma pasta, segundo Raquel, de prestação de contas, a advogada explica como a papelada com notas fiscais e recibos de entrega de mercadoria torna-se outro diferencial do projeto. “Esses documentos retornam para o doador que participa dessa corrente do bem, o que permite que o industrial e os outros parceiros saibam exatamente para onde está indo cada doação que eles fizeram.”

Juliana Pertille, representante da **Barão Alimentos**, um dos parceiros do projeto, durante entrega a **Vera Balbino Rodrigues Machado**, presidente da Associação das Mulheres Deficientes Auditivas e Surdas de Goiás





► Luiz Antônio Vessani, presidente do Sieeg-DF, ao lado de Sandro Mabel, Paulo Vargas e José Eduardo Andrade Neto, do Centro de Educação Infantil Nossa Senhora de Nazaré: “União de forças contribuiu para aflorar o espírito de solidariedade”



► André Rocha participa da doação a Hermeto de Carvalho Neto, do Centro Espírita Chico Xavier, ao lado de Raquel e Sandro Mabel





► **Primeira-dama de Aparecida de Goiânia, Mayara Mendanha, recebe 1.200 litros de leite para distribuição a famílias cadastradas em programas de auxílio da prefeitura**



► **Distribuição itinerante de materiais recicláveis, cestas básicas, leite, bolachas e material de limpeza na Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Ordem e Progresso, no Setor Albino Boaventura, Região Noroeste de Goiânia**

4 perguntas para Raquel Ribeiro

Goiás Industrial - *Como foi se vê imersa nesse universo de caridade da Fieg + Solidária e ainda ter de conciliar com seus trabalhos no campo jurídico?*

Raquel Ribeiro – Tudo aconteceu muito rápido. Eu e Sandro tínhamos pouco tempo de casados e estávamos numa festa de confraternização de fim do ano na Fieg. Olhei as pessoas e pensei como seria possível melhorar a vida de muita gente se aqueles convidados tivessem envolvidos de alguma forma para ajudar quem realmente precisa. Começamos a fazer visitas a alguns empresários e a convidá-los para participar desse nosso projeto que nascia, que, com a pandemia, teve um nascimento prematuro e urgente.

Goiás Industrial - *O resultado dessa primeira fase do Fieg Solidária contribuiu para a decisão de dar continuidade ao projeto?*

Raquel Ribeiro – Já era desejo meu e do Sandro fazer essa corrente antes e tanto eu queria e nunca tive oportunidade como ele que já pensou em fazer mas faltava um empurrão de alguém para ajudar. Acho que toda essa privação e dor, agravada com a pandemia, gera desconforto no coração de todos que decidem doar e aliviar um pouco a situação de quem precisa muito de apoio. A gente viu que o interesse do empresário aumenta bem como a conscientização de que o mundo mudou e que essa responsabilidade com o outro precisa ser algo constante, que também deve ser pensado junto com o negócio de cada empresário. Aqui nós doamos, mas também pedimos muito e também tentamos mostrar que responsabilidade social e solidariedade não podem ficar apenas na teoria e devem ser algo permanente.

Goiás Industrial - *Teria como fazer um balanço parcial das primeiras semanas do projeto Fieg + Solidária?*

Raquel Ribeiro – Acho que estamos no caminho certo ao propor uma “rede do bem” a ser seguida. Mais de 23 indústrias doaram seus produtos, num total de quase 60 toneladas para 73 instituições. (até 8 de junho, segunda-feira pego outro balanço). Também tivemos doação em dinheiro de sindicatos e de cestas básicas. Nossa principal dificuldade é entregar a quem precisa realmente e, por isso, fazemos o cadastro prévio dessas entidades pelo e-mail fieg-solidaria@sistemafieg.org.br. Quem doa recebe toda uma prestação de contas, com notas, recibos de entrega e relatório sobre a população beneficiada. Temos todo o controle do processo, desde a identificação do doador e coleta, a quem recebe os produtos.

Ajuda chega para quem vive drama real de abandono

Morador do Jardim Guanabara – primogênito de três filhos, perdeu a mãe usuária de drogas morta a facadas, a guarda do pai alcoólatra e ainda foi expulso da escola pública de seu bairro. A luta pela sobrevivência do garoto J. G., de 11 anos, é um drama real da Casa Juvenil Vida Nova, entidade do Setor Jaó beneficiada pela Fieg + Solidária e que atende outras 84 crianças e beneficia cerca de 300 pessoas.

“Este menino, que ainda vive com o pai sem nenhum cuidado, só tem a gente, é aqui onde ele se alimenta, toma banho e dorme, às vezes. Nós também o levamos ao médico, porque tem asma, que se agrava principalmente nessa época”, conta Clefis da Rocha Xavier, coordenadora da instituição, que sobrevive de doações, e foi quem buscou, dia 25 de maio, os donativos oferecidos por empresários da indústria.

Aos 36 anos, com paralisia cerebral, Diogo Martins Marques é referência do projeto Instituto Crê-Cer Cidadão, em Aparecida de Goiânia, e fez questão de acompanhar a entrega das doações pela Fieg + Solidária. Ex-aluno e frequentador



► **Raquel Ribeiro:** projeto nasceu dentro da Fieg e ganhou adesão maciça, especialmente por causa da pandemia, para ajudar quem realmente precisa

assíduo do instituto, há dois anos ingressou no curso de Biologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), onde destaca-se pela assiduidade às aulas.

Com ajuda da “mãezinha do coração” que o adotou, a dona de casa Felícia Odília da Silva Melo, de 80 anos, ele consegue demonstrar a satisfação pelos estudos, colegas e professores, interação que tem colaborado com seu progresso. Mãe e filho vão de ônibus para a universidade, onde dona Felícia dorme “pelos cantos” enquanto espera pelo fim das aulas. “Nós trabalhamos na reinserção social da família, com cursos profissionalizantes para os pais e atividades esportivas para as crianças. O Diogo é uma referência do nosso projeto. Ele começou fazendo aulas de artesanato, depois decidiu que queria cursar Biologia, nós o apoiamos, acreditamos nele e com muito esforço, dedicação ele conseguiu ingressar no ensino superior”, diz Eliane Conrado, coordenadora geral do Instituto Crê-Cer Cidadão.

Outra entidade beneficiada é o Lar Pai Joaquim, que fica no Setor Urias Magalhães. Segundo Léa Brandão, a diretora do ►

lar, os produtos, principalmente “a comida”, eram aguardados com ansiedade pelas 30 meninas carentes atendidas pela creche-escola e por suas famílias, todas em situação de vulnerabilidade. Essa instituição, que ficou famosa na sociedade goiana quando foi palco do Projeto Casa da Criança e ganhou reforma completa para sediar a Casa Cor, há 15 anos, infelizmente caiu no esquecimento de muitos parceiros de peso.

Essencialidade – As doações financeiras e de cestas básicas por empresas goianas do campo da mineração, entre diversos outros segmentos industriais, foram ações marcantes, que impulsionaram a Fieg + Solidária nas primeiras semanas. Luiz Antônio Vesani, presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal (Sieeg-DF), analisa que empresas do setor estão, mais do que nunca, unidas para vencer mais um momento de crise, agora gerado pelo novo coronavírus.

Ele lembra que, antes da pandemia, o setor focava em novas possibilidades de crescimento, a exemplo do potencial minerador de Nova Roma, no Nordeste Goiano, e suas indústrias de mármore nos moldes do carrara italiano. A novidade ressurgiu como um dos caminhos para sair de momentos obscuros vividos, como o fechamento de mineradora em Niquelândia, na Região Norte do Estado, o que trouxe sérios prejuízos para a categoria, além de sofrimento para várias famílias envolvidas com o desemprego.

“No entanto, nossa reação foi fruto de um grande movimento liderado pela Fieg e pelo presidente Sandro Mabel. Mostramos ao mercado a essencialidade da matéria-prima produzida pelas mineradoras, como o ouro usado nos computadores e equipamentos hospitalares, como os respiradores das UTIs, os metais e outras substâncias que são imprescindíveis e vão de insumos para saneamento básico até a fabricação de cosméticos, entre outros”, destaca. Ele considera que essa união de



Diogo Martins Marques, com paralisia cerebral, e a mãe, Felícia Odília da Silva Melo: de ex-aluno e frequentador assíduo do Instituto Crê-Cer Cidadão ao curso de Biologia na UFG

forças contribuiu para aflorar o espírito de solidariedade, para que todos, não apenas os trabalhadores ligados diretamente à indústria mineradora, possam enfrentar essa fase difícil com menos dor e privação.

Produtos de higiene – Além de alimentos, o montante que vem sendo arrecadado pelo projeto Fieg + Solidária chama atenção pela quantidade de produtos de higiene e limpeza arrecadados. Empacotados com plástico translúcido higienizado, os produtos doados pela indústria Ki-Joia reúnem de água sanitária e desinfetante a álcool em gel e frascos de multiuso.

Para Jaime Canedo, fundador da empresa e presidente do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa da Fieg, doar nessa pandemia também é uma forma de retribuir a possibilidade de continuar com portas abertas durante a crise e não precisar demitir ninguém. “Nós sempre doamos porque isso faz parte do nosso DNA. Além de responsabilidade social, sempre também dispensamos atenção especial com o setor de reciclagem, que

paga até um real para embalagens e rótulos que retornam dos consumidores”, afirma.

Ele acrescenta que o projeto Fieg + Solidária deve continuar porque também é uma ação bem-vinda por ser capaz de despertar a consciência das pessoas pela realidade do outro. “Quem doava continuará doando tocado pela realidade dura que o Brasil e o mundo vivem neste momento. Quem nunca doou deve mudar de atitude a partir de agora com um novo olhar para as pessoas em volta e as suas necessidades”, diz.

A ação do projeto em momento de pandemia do coronavírus, que trouxe “situação de extrema dificuldade para o mundo inteiro” sensibiliza sindicatos, empresas e a comunidade, segundo o presidente do Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás (Sindicurtume) e do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais da Fieg, Emílio Bittar, pela sua capacidade de mobilização. “Isso é exercício de cidadania e a situação exige, uma iniciativa feliz e fundamental”, acrescenta o empresário,



► **Emílio Bittar,** presidente do Sindicatume e do CTComex-Fieg: capacidade de mobilização e exercício de cidadania

► **Célio Eustáquio de Moura,** presidente do Sindcel, diretor secretário da Fieg e presidente do Coinfra-Fieg: “Neste momento de pandemia que afeta diretamente as famílias e entidades filantrópicas, toda doação que fizemos é extremamente importante. Vida é o que interessa.”

que doou caixas de sabão para compor os kits de donativos da Fieg + Solidária, assim como já havia feito para atender detentos do Cegaigo.

Opinião semelhante expressa o presidente do Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás (Sindcel), diretor secretário da Fieg e presidente do Conselho Temático de Infraestrutura, Célio Eustáquio de Moura. “Neste momento de pandemia que afeta diretamente as famílias e entidades filantrópicas, toda doação que fizemos é extremamente importante. Vida é o que interessa. E as doações feitas pela Fieg + Solidária são bastante relevantes pela qualidade e quantidade.” ■



“ DOAR NESSA PANDEMIA TAMBÉM É UMA FORMA DE RETRIBUIR A POSSIBILIDADE DE CONTINUAR COM PORTAS ABERTAS DURANTE A CRISE E NÃO PRECISAR DEMITIR NINGUÉM ”

JAIME CANEDO, dono da indústria Ki-Joia

FIEG DO BEM: APELO À UNIÃO PARA GOIÁS SAIR DA CRISE

“Chega de matar gente de fome e de estresse. Isso só cabe para quem não tem gestão”, afirma Sandro Mabel ao pedir a união de prefeitos, empresários e a sociedade contra a crise

Andelaide Lima, Dehovan Lima e Sérgio Lessa

Depois de mais de cem dias de suspensão das atividades econômicas, exceção feita àquelas consideradas essenciais, num cenário ainda de extrema incerteza e dificuldades, produzidas pela crise sanitária causada pelo novo coronavírus, a Fieg reagiu de forma veemente contra o novo decreto do governo do Estado, publicado no dia 29 junho, impondo o isolamento intermitente de 14 por 14 dias.

A medida motivou uma guerra jurídica e chegou a ser suspensa por liminar concedida pela Justiça quatro dias mais tarde para ser novamente reinstaurada por outra decisão judicial na madrugada do dia 3 de julho. **“Vamos andar juntos. Faça seu município funcionar”**, declarou o presidente da Fieg, **Sandro Mabel**, em mensagem de vídeo veiculado em redes sociais na qual conclama prefeitos, a classe empresarial e a sociedade em geral a se unir no combate ao coronavírus e pela preservação de vidas e empregos. **“Chega de matar gente de fome e de estresse. Isso só cabe para quem não tem gestão”**, completa,

em referência ao governador Ronaldo Caiado.

A reação da Fieg contra a renovação das medidas de afastamento social já havia sido manifestada em entrevista coletiva concedida por meio de videoconferência também no dia 29 de junho, quando Mabel responsabilizou Caiado pelo agravamento da crise sanitária no Estado, por não ampliar a estrutura de saúde, e reiterou apelo aos prefeitos para união com os diversos segmentos da sociedade visando à flexibilização responsável das atividades econômicas, balizada por rígidos protocolos de segurança. Ele citou como exemplos a serem seguidos as experiências prefeituras de Aparecida de Goiânia, Anápolis, Trindade e Caldas Novas.

Administrada pelo prefeito Gustavo

O vídeo pode ser conferido no Facebook ou no Instagram



Assista aqui:



Goiás Industrial Pauta Extra: revista on-line semanal é um dos instrumentos para levar às indústrias informação sobre as soluções da Fieg no combate ao coronavírus



Mendanha, Aparecida, na Região Metropolitana de Goiânia, foi a primeira cidade no Estado a aderir à plataforma de retomada responsável, desenvolvida pela Fieg e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Em seguida, Porangatu e Campos Verdes, no Norte; Luziânia e Planaltina, no Entorno do Distrito Federal, adotaram a ferramenta, que foi novamente apresentada a prefeitos numa videoconferência no início de julho, realizada em parceria com a Federação Goiana de Municípios (FGM) – a apresentação anterior foi feita no início do mês passado.

O objetivo dessa parceria é permitir a reabertura dos negócios de forma segura e responsável, conforme Sandro Mabel. Desenvolvida pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e pela Fieg, a Plataforma de Retomada das Atividades Econômicas é oferecida sem custos às prefeituras interessadas, tornando-se uma ferramenta poderosa para a gestão da crise gerada pela Covid-19 ao minimizar os riscos de contaminação por meio da aplicação de protocolos sanitários

rigorosos por todos os empreendimentos.

A apresentação foi feita pelo presidente da Fieg, Sandro Mabel, pelo prefeito José Cunha, de Porteirão de Goiás, no Sul do Estado, também presidente da FGM, e pelo superintendente do IEL Goiás, Humberto Oliveira. Da conversa, participaram prefeitos e autoridades das cidades de Porteirão, Americano do Brasil, Doverlândia, Buriti Alegre, Israelândia, Itaguaru, Vicentinópolis, Abadiânia, Campinorte, Caçu, Guarani de Goiás, Cachoeira de Goiás, Ivolândia, Rio Verde, Mozarlândia, Monte Alegre, Itarumã, Bonfinópolis e Montividiu do Norte, além de profissionais da imprensa.

"Este é um momento muito importante. Temos de andar todos de mãos dadas, dividindo as responsabilidades. Já falei com uns 20 prefeitos de cidades de todos

os tamanhos e é importante que formem os conselhos com as autoridades da saúde locais para tomar as decisões. A plataforma é uma coisa muito boa e pode ajudar muito, pois quem manda nela é a prefeitura, que vai definir a retomada das atividades de forma segura, controlada, para que a população possa estar protegida e a economia possa girar", afirmou Sandro Mabel.

Além de falar da plataforma, o presidente da Fieg também pediu aos representantes dos municípios goianos que buscassem informações sobre a prevenção à Covid-19 por meio de medicamentos. **"Cada vez mais, as pessoas estão aderindo ao protocolo precoce com medicamentos. Manaus aplicou isso e conseguiu descolapsar o sistema de saúde em duas semanas. Tem que ter o acompanhamento médico,**

mas é importante ver isso com bastante atenção. Não podemos deixar as pessoas entrarem para o hospital para ir para a UTI", afirmou.

Para o presidente da FGM, José Cunha, neste momento de adversidades, ainda sem vacina para a Covid-19, os municípios goianos precisam trabalhar unidos com o comércio, com a população, com a indústria. "Que essa plataforma sirva como uma grande ferramenta de apoio para nossos municípios fazerem a abertura das atividades da forma mais segura. Com certeza, a utilização vai crescer, porque a plataforma é muito importante para que isso seja feito. Espero que isso ocorra a partir de segunda-feira (06/07), com os municípios tomando suas decisões e formatando seus decretos", afirmou José Cunha.

Muita informação e até um túnel contra o vírus

A Fieg realiza ainda um leque amplo de iniciativas para combater a pandemia, intensificando seu diversificado portfólio de serviços de suporte às empresas dos vários segmentos industriais. As ações em defesa do setor produtivo goiano incluem especialmente informação, abrangendo assessoria e orientações de caráter tributário, econômico, de crédito, trabalhista, saúde e segurança do trabalho. Em outra frente, as iniciativas comandadas pela federação envolvem o desenvolvimento de um protótipo de ventilador de baixo custo e de um túnel para desinfecção contra o Sars-CoV-2, a reforma de respiradores que estavam fora de uso e sua entrega a instituições de saúde, a fabricação e distribuição de EPIs, como máscaras e protetores faciais **(leia mais nas páginas 28 a 33).**

Na unidade do Senai em Rio Verde, no Sudoeste goiano, a Fieg desenvolveu um protótipo de ventilador mecânico, equipamento crucial para salvar vidas de doentes infectados pela Covid-19. O projeto teve custo aproximado de R\$ 1,0 mil,

valor bem abaixo do equipamento disponível no mercado, em torno de R\$ 100 mil. "O propósito é reforçar a oferta desse tipo de aparelho à rede pública de saúde. A ideia é testar rapidamente o protótipo antes de iniciar sua produção em escala. Nosso objetivo é termos 200 a 300 respiradores em estoque para atender situações de emergência," afirma o presidente da Fieg e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai, Sandro Mabel.

Além dos respiradores, a Fieg, por meio da unidade Senai Celso Charuri, de Aparecida de Goiânia, desenvolveu um protótipo de túnel de desinfecção, estrutura que poderá ser usada para evitar a contaminação pela Covid-19, além de possibilitar a retomada segura das atividades industriais. O túnel libera na cabine

Luciana Amorim



► **Diretor da Escola Senai Dr. Celso Charuri, Adair Prateado explica a Sandro Mabel o funcionamento do protótipo de túnel de desinfecção, desenvolvido na unidade, em Aparecida de Goiânia**

uma mistura de água com hipoclorito de sódio (composto químico encontrado na água sanitária) que atinge todo o uniforme dos profissionais da saúde, imediatamente depois do atendimento a pacientes infectados. ■

SISTEMA FIEG MOBILIZA DIVERSAS FRENTES NA BATALHA CONTRA A COVID-19



*Da fabricação de EPIs, como máscaras e protetores faciais, ao conserto de respiradores mecânicos, no âmbito de uma rede solidária que acaba de colocar o Senai em 8º lugar no ranking da revista **Forbes** das cem maiores empresas que mais contribuíram na pandemia no País, os esforços contra a pandemia do coronavírus em Goiás mobilizam todo o Sistema Fieg, em verdadeira guerra, com diversas frentes.*

Dehovan Lima, Andelaide Lima,
Daniela Ribeiro, Sérgio Lessa

Entre as várias frentes de enfrentamento à Covid-19, destaca-se a criação do site www.fiegvincendoapandemia.com.br, destinado a reunir tudo o que as indústrias e industriários precisam acompanhar neste momento de mudanças. No novo portal, o internauta encontra informações e serviços para vencer o grande desafio do coronavírus, a exemplo de medidas emergenciais em diferentes áreas, vantagens oferecidas pelo Sistema Fieg, calendário de lives e webinars, destaques como a plataforma retomada responsável, últimas publicações, soluções, materiais educativos, cursos gratuitos, dicas para a saúde, ações da Fieg + Solidária, entre outras.



UM SITE PARA A INDÚSTRIA
CHAMAR DE SEU: moderno e intuitivo,
novo portal www.fiegvincendoapandemia.com.br reúne todas as soluções do Sistema para ajudar empresas na crise



FIEG VENCENDO A PANDEMIA: VAMOS JUNTOS SUPERAR ESSA CRISE!

Acompanhe todas as notícias sobre as ações da indústria goiana no combate ao coronavírus no novo site www.fiegvincendoapandemia.com.br.





Entrega de respiradores reúne parceiros na Escola Senai Vila Canaã

Na lista da Forbes, Senai já consertou 45 respiradores em Goiás

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) está entre os maiores doadores do Brasil no combate ao novo coronavírus. Com participação expressiva do Departamento Regional de Goiás, um dos mais atuantes do País, a instituição aparece em oitavo lugar na lista da revista Forbes, com as cem maiores empresas que mais contribuíram na pandemia. Essa rede de solidariedade já disponibilizou mais de R\$ 5,4 bilhões na luta contra a Covid-19.

Integrante de uma das ações de destaque em nível nacional, o Senai Goiás, em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e Instituto Federal de Goiás (IFG), já entregou recuperados 45 respiradores mecânicos a hospitais da rede estadual e particulares, além de ter desenvolvido um protótipo de ventilador mecânico e de um túnel de desinfecção. Essenciais no tratamento de pacientes graves

da Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus, os aparelhos reforçam a estrutura do Hospital de Campanha de Águas Lindas de Goiás, no Entorno do Distrito Federal, do Hospital e Maternidade São Marcos, em Itumbiara, Sul do Estado, que passou a integrar a rede estadual, e do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo).

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Sandro Mabel, essas e outras iniciativas reforçam o compromisso do Senai em promover ações para salvar vidas e ajudar na retomada segura das atividades industriais. “O Senai demonstra sua capacidade não só de fazer a melhor formação profissional, mas também de socorrer o País em momentos de gravidade como o que estamos passando com a pandemia”, disse.

O TOP DEZ DA FORBES

- 1º – Itaú Unibanco: R\$ 1 bilhão
- 2º – Vale: R\$ 500 milhões
- 3º – JBS: R\$ 400 milhões
- 4º – Ambev: R\$ 110 milhões
- 5º – Rede D’Or: R\$ 110 milhões
- 6º – Bradesco: R\$ 99 milhões
- 7º – Cacaó Chery: R\$ 74 milhões
- 8º – **Senai: R\$ 63 milhões**
- 9º – Nestlé: R\$ 55 milhões
- 10º – BRF: R\$ 50 milhões



Plataforma Fieg/IEL baliza retomada responsável em 5 cidades

No desafio de ajudar o Estado a enfrentar a crise e amenizar seus efeitos, a Fieg e o IEL desenvolveram a Plataforma de Retomada Responsável das Atividades Econômicas, que já está rodando em cinco

cidades goianas (Aparecida de Goiânia, na Região Metropolitana de Goiânia; Porangatu e Campos Verdes, no Norte; Luziânia e Planaltina, no Entorno do Distrito Federal. Um investimento de R\$ 1,5

milhão, a ferramenta despertou interesse do governo federal e de Estados como Paraná, Ceará, Mato Grosso, São Paulo, além de ser apresentada às prefeituras de Campo Grande (MS), Goiânia, Anápolis e a inúmeras cidades do interior do Estado, às quais foi disponibilizada gratuitamente.

“Nós nos preocupamos em desenvolver as cidades e o Estado. A plataforma é muito simples e vai ajudar a manter o controle do que vai abrir nos municípios em meio à pandemia do novo coronavírus. Nosso intuito é preservar vidas e empregos, cuidando das pessoas e da economia e cada cidade que adere a essa ferramenta nos deixa satisfeitos por podermos ajudar”, afirma o presidente da Fieg, Sandro Mabel.

PARCERIA MUNICIPALISTA:

Haroldo Naves, prefeito de Campos Verdes e então presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM), e Sandro Mabel comemoram assinatura de termo para uso de plataforma Fieg



Silvio Simões

Na linha de frente, Sesi realiza testes, cria protocolos e vacina trabalhadores

O Sesi Goiás está na linha de frente com testagem para diagnóstico da Covid-19, devendo realizar cerca de 30 mil testes rápidos IgG/IgM em indústrias do Estado para controlar a disseminação do coronavírus nos trabalhadores. No mês de junho, profissionais do Sesi testaram profissionais de empresas como Frigorífico Marfrig, em Mineiros, e BRF Alimentos, em Rio Verde. Na mesma linha, a instituição atua na criação de protocolos para casos de contágio nas empresas, definin-

do procedimentos técnicos específicos para cada estágio do processo de incidência e prevalência de coronavírus na população-alvo.

A atuação do Sesi Goiás contra a Covid-19 é completada com intervenções educativas no ambiente de trabalho, palestras, oficinas, cursos de educação a distância, triagem e orientação de saúde aos trabalhadores por meio da saúde ocupacional ginástica laboral virtual e campanha de vacinação contra a gripe,

Alex Malheiros



Com início da pandemia, em março, Sesi antecipa vacinação antigripal na indústria

uma medida preventiva importante no diagnóstico correto do coronavírus, uma vez que ambas enfermidades possuem sintomas semelhantes. Em Goiás, 40 mil pessoas, entre trabalhadores e seus familiares, foram imunizadas.

DOAÇÃO DE SANGUE – Mesmo sob impacto da pandemia da Covid-19, que impõe distanciamento social, a edição 2020 da Campanha Sesi Senai Doe Sangue, Doe Vida arrecadou 134 bolsas nos meses de maio e junho. A iniciativa, realizada em parceria com o Hemocentro de Goiás, já percorreu as unidades Sesi Senai Aparecida de Goiânia, Sesi Planalto e Sesi Campinas, na capital, e Sesi Jaiara, em Anápolis.

Este ano, por conta da pandemia do coronavírus, para garantir mais segurança aos doadores, os atendimentos na unidade móvel foram reduzidos à metade da capacidade para que não haja aglomeração de pessoas. “No início da pandemia, observamos um déficit de cerca de 20% comparado

ao mesmo período de 2019. A população tem comparecido, mas ainda registramos uma queda de 15% nas doações no último mês. Porém, precisamos que as pessoas continuem doando para que o estoque seja

mantido, pois os hemocomponentes têm validade entre 5 e 42 dias e alguns grupos sanguíneos são mais raros na população”, diz a diretora-geral da Hemorrede Pública do Estado, Denyse Goulart.

Alex Malheiros



▶ Alunos do Sesi Planalto, em Goiânia, confeccionam protetores faciais para doação a profissionais da rede de saúde

A palavra dos sindicatos

SENSIBILIZAÇÃO DO GOVERNO

“No início, a indústria de alimentos, medicamentos e segurança teve uma certa dificuldade em funcionar. Tivemos alguns problemas no Daia relacionados à logística, à desinformação. Porque não há como funcionar a indústria essencial sem funcionar toda a cadeia. Então o trabalho da Fieg foi importante para sensibilizar o governo de que, num exemplo, não há como Café Ranchero trabalhar sem manutenção em suas instalações, embalagens para colocar seus produtos. Então, o governo se sensibilizou de que para a indústria funcionar, toda a cadeia que serve aquela indústria precisa igualmente funcionar. Então, estão de parabéns o governo de Goiás, que permitiu o funcionamento dessas indústrias, e a atuação firme da Fieg, que possibilitou resolver problemas de logística e toda a cadeia para tivéssemos condições de funcionar.”

WILSON DE OLIVEIRA, presidente da Fieg Regional Anápolis e do Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis (Sindalimentos)



Alex Malheiros

A palavra dos sindicatos

COLAPSO EVITADO

“A atuação da Fieg e do presidente na manutenção e no funcionamento das indústrias essenciais durante a pandemia, evitando o fechamento total, pretendido pelo governo do Estado, foi de fundamental importância. Houve um esforço grande da Fieg no sentido de demonstrar que a única forma de viabilizar o Estado se daria com a manutenção em funcionamento das indústrias de atividades essenciais e suas respectivas cadeias, fazendo com que o Estado minimamente funcionasse, evitando assim um colapso. Tudo capitaneado pelo presidente Sandro, que tem se esforçado de forma hercúlea para que houvesse o atendimento dessas demandas da indústria.”

CÉLIO EUSTÁQUIO DE MOURA, presidente do Sindicato da Indústria da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás (Sindcel) e 1º diretor secretário da Fieg



ELOS DA CADEIA

“A atuação da Fieg foi muito importante no início da quarentena, quando o governo do Estado queria praticamente fechar tudo. O trabalho do presidente Sandro serviu de alerta e sensibilização ao governador, porque realmente o fechamento das indústrias geraria o pior quadro, a falta de emprego, de renda, a falta de alimentos. Se o fornecedor de um componente para a indústria não estiver funcionando toda a cadeia fica prejudicada. Foi acertada a decisão de deixar as indústrias produzindo. Agora é preciso voltar ao normal, com segurança, e nesse aspecto a luta da Fieg é de grande relevância.”

ANTÔNIO BENEDITO DOS SANTOS, presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg)



INTERVENÇÃO PROVIDENCIAL

“Foi muito importante e providencial a intervenção da Fieg, sobretudo por conta do risco de desabastecimento, que não aconteceu, o que seria bem um cenário muito pior. As indústrias não pararam em sua totalidade, o que todos temíamos, e não houve falta de produtos essenciais, como alimentos, medicamentos, os quais continuaram sendo fabricados graças ao funcionamento de toda sua extensa cadeia produtiva.”

ANTÔNIO ALMEIDA, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás (Sigego) e vice-presidente da Fieg



BUSCA INCANSÁVEL

“A Fieg desde o início dessa crise tem tentado incansavelmente o diálogo com o governo do Estado e desenvolveu esse trabalho maravilhoso que foi a plataforma, mas tem sido pouco ouvida e não tem conseguido interlocução. Simplesmente porque esse governo sabe tudo. Ainda assim, a federação foi responsável por vários setores terem voltado à atividade, num primeiro momento, embora a situação continue difícil porque muitos ainda não retomaram. Quero destacar o trabalho fantástico desenvolvido pela presidente da Fieg +Solidária, Raquel Ribeiro.”



EMÍLIO BITTAR, presidente do Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás (Sindcurtume) e do CTComex

CADEIA INTEGRADA

“A presidência da Fieg trabalhou para preservar as atividades essenciais e isso favoreceu nosso setor, que produz alimentos e combustível, além de exportar energia elétrica para a rede integrada de distribuição. Temos 16 usinas produzindo como resultado desse trabalho e todas passaram a produzir álcool a 70% para distribuição a hospitais, creches e asilos. O presidente Sandro Mabel esforçou-se para esclarecer a importância do setor para o governo do Estado e garantir a operação de toda a cadeia, que inclui as usinas, os setores de produção de embalagens e insumos e também de transporte.”



ANDRÉ ROCHA, presidente executivo do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (Sifaeg) e vice-presidente da Fieg

AÇÃO ASSERTIVA

“O presidente Sandro Mabel (Fieg) tem sido muito preciso na relação com o governo e vem instruindo a indústria sobre como fazer o retorno responsável, numa atuação assertiva. Como resultado desse trabalho, foi possível manter indústrias em operação e evitar desabastecimento.”



BRUNO FRANCO BERALDI COELHO, presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago)

ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO

“A Fieg sempre está ao lado do sindicato e o trabalho de articulação desenvolvido pelo presidente Sandro Mabel abriu espaço e permitiu uma interlocução com a prefeitura de Goiânia. A questão é que nossas propostas esbarram no comitê municipal de gerenciamento da crise.”



EDÍLSON BORGES DE SOUSA, presidente do Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia (Sinroupas)



O ensino remoto e a reinvenção de professores do Sesi e Senai

Diante da pandemia do novo coronavírus, docentes do Sesi e Senai em Goiás saem na frente na adaptação aos novos recursos tecnológicos para o ensino-aprendizagem, grande parte já integrada à plataforma tecnológica educacional das instituições há mais de uma década

Renata Dos Santos
Fotos: Alex Malheiros

► **Wanderley Casimiro Villarinho Junior**, professor de logística do curso de graduação em Administração de Sistemas da Faculdade Senai Fatesg: “Tento mostrar que, no mundo pós-pandemia, o lema não é mais pensar fora da caixa, pois a caixa não existe mais”

A pandemia do novo coronavírus assolou o Planeta com transformações em modos de viver, de trabalhar e, profundamente, de estudar. De uma hora para a outra, o cenário das aulas remotas tornou-se o único meio para dar continuidade ao ensino e ao aprendizado de crianças, jovens e adultos. No Sesi e Senai Goiás, essas mudanças rápidas não foram sinônimo de dificuldades extremas para ensinar ou aprender na quarentena.

Em poucos dias, a plataforma tecnológica educacional do Sesi e Senai, criada há mais de dez anos e que já era empregada para atividades digitais, foi adaptada para uso de alunos e de professores. O resultado é uma virtualidade intensa que substitui, com ensino remoto (acessado via celulares, tablets, computadores), todo o universo escolar presencial, suspenso a partir de recomendação de norma da Organização

Mundial da Saúde (OMS) para prevenir contágio da Covid-19.

Professor de logística do curso de graduação em Administração de Sistemas da Faculdade Senai Fatesg, em Goiânia, Wanderley Casimiro Villarinho Junior destaca que os docentes precisaram inovar ainda mais, com a sala de aula totalmente virtual. Nessa pandemia, mais do que nunca ele emprega a experiência adquirida em sua trajetória profissional, a qual teve início no Exército, onde se aposentou como oficial, e percorreu o mundo corporativo, até como executivo em empresas na África do Sul.

Com a atuação completamente remota, Villarinho não poupa criatividade ao propor exercícios, jogos e competições diversas nas aulas, que não têm mais como palco os laboratórios high tech da Faculdade Senai. No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), desenvolvido para o

Ensino a Distância com sala de aula virtual, ele utiliza recursos como o Google Classroom, que incentiva o aluno a produzir o conteúdo junto com o professor.

“Não é mais pensar fora da caixa, pois a caixa não existe mais”

Para isso, sugere vários caminhos, como textos que devem ser lidos antes de entrar na aula, onde “comenta, avalia e desenvolve novos olhares durante a vida pessoal e profissional”. “Tento mostrar que, no mundo pós-pandemia, o lema não é mais pensar fora da caixa, pois a caixa não existe mais, com todos seus parâmetros definidos. Mais do que nunca, os alunos precisam ser desafiados a encontrar soluções originais para problemas diversos”, destaca.



deitado na cama e com pouca roupa. Depois ele voltou até mais animado”, relata, bem-humorado.

Aula remota e EaD – Pioneiros em Goiás no ensino remoto e EaD, no Sesi e Senai aulas virtuais já eram usadas como ferramentas adicionais ao ensino presencial. “Essa atividade era temporária, utilizada como estratégia de ensino de educação à distância mas, agora, é mesmo o único meio possível. Nosso papel é amenizar esse impacto na relação ensino-aprendizagem, auxiliando o professor e o aluno, para que não haja evasão nesse momento de incertezas e insegurança que vivemos”, pontua Terezinha Castro, pedagoga e analista pedagógica, coordenadora da Faculdade Senai Fatesg.

O ensino remoto, disponibilizado na plataforma pelos professores e acessado por alunos, é bem diferente da Educação a Distância (EaD). Esta foi pensada, planejada para oferecer cursos de aprendizado “todo à distância”. Neles, existem o tutor, que auxilia o professor, no suporte ao aluno. “O estudante escolhe o curso EaD porque sabe, desde o começo, que ele será inteiramente a distância. Já a situação do ensino remoto foi implantada por conta da pandemia que impede a presencialidade”, acrescenta Terezinha.

Nele, os professores do Sesi e Senai utilizam as ferramentas da plataforma para falar com seus alunos seja on-line, de modo remoto ou à distância. Isso pode ocorrer de dois modos. Na transmissão assíncrona, o professor não está naquele momento conectado diretamente com o aluno e deixa na plataforma vídeos, exercícios e avaliações para ele acessar no momento em que desejar. Já a ferramenta síncrona é quando o professor está conectado on-line, com seus alunos, utilizando-se do Skype, do zoom, do meeting e de outros aplicativos. ►



Villarinho acrescenta que essa adaptação a cenários imprevisíveis é uma exigência primordial para o profissional da Indústria 4.0, alvo dos conteúdos trabalhados com alunos do Sesi e Senai, normalmente destaques no mercado de trabalho. Nessa pandemia, ele cita o papel de também despertar o senso de responsabilidade do aluno, que agora tem uma rotina totalmente home office. “Dia desses, numa de minhas aulas no formato live, convidei um aluno para se recompor para a aula. Isso porque ele apareceu no ví-

► **Terezinha Castro, pedagoga e analista pedagógica, coordenadora da Faculdade Senai Fatesg: amenizar o impacto na relação ensino-aprendizagem**



► **Quissinia Gomes de Freitas, gerente de Educação Básica e Continuada do Sesi Goiás:** “O futuro já havia chegado com o Portal Sesi Educação”

“O futuro já havia chegado”

O Portal Sesi Educação é um guia para professores e alunos e tem finalidade anterior à pandemia, que era ser um espaço adicional ao ensino presencial. “Agora ele é tudo que temos para fazer tudo funcionar e de nos manter junto do aluno”, afirma Quissinia Gomes de Freitas, gerente de Educação Básica e Continuada do Sesi Goiás. Ela conta que nenhum aluno ficou “sem aula” nem no início da pandemia. “No dia seguinte ao decreto que suspendeu as aulas, nós já tínhamos inserido a sala virtual na plataforma educacional, a biblioteca e outras ferramentas”, relata.

Ela acrescenta que o aluno não sofreu tanto porque “o futuro já tinha chegado com o Portal Sesi Educação, criado há quatro anos”. Quissinia explica que essa modalidade educacional não é habitualmente

trabalhada na educação básica (crianças até 14 anos), mas que, nas escolas do Sesi, tais ferramentas digitais já eram usadas como recurso para atividades remotas e, por isso, os impactos foram minimizados.

Já a educação a distância faz parte do portfólio educacional do Sesi há mais de dez anos e, no Senai Goiás, foi implantada em 2003, com o objetivo de oferecer cursos para despertar o gosto pela formação continuada. Em 2009, com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi estruturado um núcleo específico para o ensino a distância, que considera ainda os saberes acumulados pela pessoa ao longo da sua vida. “Aqui um diferencial é que o aluno entra no ambiente virtual mas, numa plataforma diferenciada, onde encontra sua sala com a sua turma de estudo, algo muito diferente de entrar numa aula da web sobre o mesmo assunto”, explica.

Uma das novidades que também atrai



► **Ana Paula Silva Reis, analista de conteúdo do Sesi:** plataforma altamente intuitiva

pelas ferramentas digitais disponíveis é que o ensino médio este ano passou a ser oferecido em todas as unidades do Sesi. Conhecido como novo ensino médio, a iniciativa pioneira em Goiás revoluciona pela divisão da matriz em grandes áreas específicas do conhecimento, comum no exterior (ciências da natureza, humanas e exatas), além de oferecer paralelamente uma formação técnica.

Para isso, a rede Sesi Senai investe em personalização, com conteúdos dos cursos elaborados também conforme a demanda de indústrias e de grupos específicos. “De gestão do tempo a liderança e ortografia, os cursos são oferecidos na nossa plataforma que é altamente intuitiva, para o aluno navegar por slides, bibliografias e vasto material didático pedagógico”, observa a analista de conteúdo do Sesi, Ana Paula Silva Reis, graduada em Letras.

Ela explica que, nessa pandemia, mui-

tas empresas aproveitam seus funcionários “em casa” para investir em cursos específicos. “No ano passado, um frigorífico enfrentou um incêndio e precisou afastar seus colaboradores do local de trabalho. Os gestores nos procuraram com suas demandas e elaboramos um curso que formou 200 colaboradores e retornaram capacitados para exercer melhor funções novas exigidas”, conta, ao defender que os cursos são arma também para enfrentar melhor o isolamento social.



Primeiro curso em EaD e vaga no mercado de trabalho

Aluna do curso técnico em segurança do trabalho do Senai, ministrado via EaD, **Maria Angélica Silvestre de Souza** conta que, no início, teve medo de não se adaptar à metodologia de ensino. “Foi meu primeiro curso longo e à distância, fiquei preocupada. Mas logo percebi que não era um aprendizado superficial, pelo contrário, exige mais compromisso e responsabilidade do aluno. Graças à flexibilidade de horários e à disposição, quase integral, dos professores e tutores, terei uma formação de qualidade, inclusive, já estou no mercado de trabalho em minha área. Com a crise causada pela pandemia de Covid-19, continuamos com nossas aulas em plataformas on-line, em substituição àquelas que seriam presenciais. Juntos estamos nos adaptando à participação ao vivo, via áudio e vídeo com nossos professores. O ritmo de estudo não mudou, permanece intenso e autorresponsável”, diz.

“Os professores do Sesi se superaram. Estão no caminho certo”

Mãe de duas alunas da Escola Sesi Jaiara, em Anápolis, **Ana Paula Bailão** tem acompanhado a rotina de aulas ministradas via EaD das filhas e diz que estão sendo dinâmicas, bem administradas e em um ritmo muito bom. “Minhas filhas estão pesquisando bastante. Os professores estão conseguindo chamar a atenção dos alunos e explicar o conteúdo”, afirma ela, com experiência de quem já teve outra filha concluinte dos estudos no Sesi. “Acompanho a metodologia da escola há muito tempo, sei que todos foram pegos de surpresa por essa situação e precisaram se adaptar rapidamente, mas aqui os professores conseguiram se superar. Estão no caminho certo. Tenho sobrinhos em outras escolas e o ensino não está tão bom quanto no Sesi.”



“Prevalece o calor humano dos profissionais”, diz pai de aluna

Pai da pequena Sofia, do 3º ano do ensino fundamental da Escola Sesi Crixás, no Norte Goiano, **Patryck Rosa Seixas** afirma que a instituição não tem medido esforços no sentido de promover e incentivar seus alunos a desempenhar suas atividades avaliativas, com o objetivo de não glosar, sacrificar, ou atrasar o período letivo compreendido pelo final do 1º bimestre e início do 2º bimestre. “Diante dessa paralisação global, ainda assim prevalece o calor humano dos profissionais que integram as instituições de ensino, em parceria com os pais e alunos. Neste momento de calamidade, o Sesi Crixás aplica os seus valores, visões e missões como instituição de ensino, por esses e outros motivos que parabeno a iniciativa, tão somente esse feito histórico, de não sacrificar nossas crianças, no sentido de privar e dar continuidade dos trabalhos pedagógicos, não afastando os métodos lúdicos, uma vez que esses alunos serão nossos protagonistas de um futuro não tão distante.



“Os professores conseguem prender nossa atenção, mesmo com aulas virtuais”

Aluna do 2º ano do ensino fundamental da Escola Sesi Planalto, em Goiânia, **Alice Nascimento Jubé** viu sua rotina mudar de uma hora para a outra. Todos os dias, passa as tardes em frente ao computador tendo aulas via EaD. Ela não nega que a nova realidade não tem sido fácil, mas diz que tem conseguido se adaptar. “Sinto falta de ir para a escola e dos amigos. Apesar disso, estou aprendendo o conteúdo e prestando atenção nas aulas. Os professores conseguem prender nossa atenção, mesmo que as aulas sejam virtuais.” ■





► **Sandro Mabel:** “A nossa visão é dobrar o tamanho da mineração em todo o País, sem considerar o minério ferro, que também pode ter a produção multiplicada por dois se conseguirmos destravar uma série de processos e projetos que precisam ser desenlhados”

UMA ONDA A CAMINHO

Presidente da Fieg e do recém-criado Conselho Temático de Mineração da CNI, Sandro Mabel lidera iniciativa para vencer estagnação no setor mineral

.....
Lauro Veiga Filho
Fotos: Alex Malheiros



► **Área de produção de minérios:** plano contempla aumento da produção de insumos para fertilizantes, reduzindo dependência do País a importações

Os longos anos de estagnação na agricultura foram vencidos pela ação combinada da pesquisa, do crédito, que passou a ser oferecido a tempo e em volumes mais adequados pelo setor público, e pelo trabalho de centenas de milhares de produtores rurais, o que levou a recordes consecutivos na produção de grãos nos últimos anos. A mineração, um dos três pilares definidos estrategicamente pela direção da Fieg para relançar a indústria em Goiás, juntamente com o setor de moda e vestuário, sofre da mesma estagnação há décadas, declara Sandro Mabel, presidente da instituição.

Sua proposta é lançar o que chama de “onda da mineração”, modernizando órgãos reguladores, simplificando e desregulamentando a legislação que rege o setor mineral, facilitando a exploração de áreas, os processos de licenciamento ambiental

e de autorização de pesquisa e lavra de forma a atrair recursos e investimentos para o setor em todo o País. Assim como se pretende para a agropecuária, na visão dele, a intenção é também promover maior agregação de valor na exportação de minérios, evitando o embarque de produtos in natura.

O incentivo à verticalização deverá envolver algum tipo de suporte à industrialização das substâncias minerais extraídas no Estado, capaz de estimular maior diversificação das cadeias produtivas, além de reduzir dependências estratégicas do País e do Estado. No setor agrícola, de forma mais específica, continua o presidente da Fieg, o propósito é reduzir ou, se possível, eliminar a dependência do setor de insumos importados, assegurando a produção local de adubos e fertilizantes.

A expectativa é de que todo esse

amplo processo de reestruturação deverá estar concluído e gerando resultados nos próximos dois anos. E as metas são igualmente ambiciosas. “A nossa visão”, antecipa Sandro Mabel, “é dobrar o tamanho da mineração em todo o País, sem considerar o minério ferro, que também pode ter a produção multiplicada por dois se conseguirmos destravar uma série de processos e projetos que precisam ser desencalhados”. Ainda de acordo com ele, além do aumento proporcional na arrecadação de impostos, no pagamento de salários, na geração de renda, de investimentos e de exportações, o incremento esperado poderá representar a geração de quase 1,5 milhão de empregos a mais no período.

“A mineração está aí empacada há muitos anos, por ineficiência dos órgãos que regulamentam e excesso de regulamentação. E a Vale durante muitos anos ►

O líder empresarial assumiu também

Um dos projetos já engatilhados, que exigirá investimento estimado em quase R\$ 100,0 milhões, envolve a digitalização de todos os processos da ANM, o que deverá acelerar a liberação de áreas para

Cada um dos pontos que formam a agenda mais ampla de reconstrução do setor, lembra ele, exigiu a elaboração de um

Entre março e maio, a mineração foi tema frequente de reportagens da **Goiás Industrial Pauta Extra**, revista on-line semanal da Fieg, aparecendo em cinco edições. Em meio à pandemia da Covid-19, a atividade é considerada estratégica para a retomada da economia. Confira nos links de cada uma das publicações.



plano de ação específico, em grande parte focado na pequena e na média mineração, que deverá favorecer também as grandes mineradoras, que têm dado suporte ao Comin “para ver as coisas deles andarem também”.

A “onda da mineração”, prossegue ele, exigirá ainda um projeto para alterar a imagem da opinião pública sobre o setor, deteriorada desde os desastres de Mariana e Brumadinho, quando duas barragens da Vale se romperam causando milhares de mortes. “Hoje você fala em mineração e as pessoas acham que você vai fazer uma barragem e que a barragem vai cair dentro da cidade delas. Então ninguém quer a mineração. Mas a mineração não tem nada disso. A mineração tem um monte de coisas. São pouquíssimas que usam barragem e mesmo as barragens podem ser mitigadas para que elas não tenham esses riscos que antigamente não se prestava atenção neles”, diz Sandro Mabel.

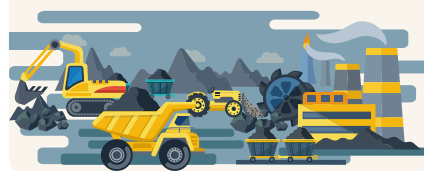
Essa visão, distorcida conforme o em-

presário, “*acaba atrapalhando um pouco, mas nós estamos modificando até a forma de apresentar a mineração, o termo mineração, que virou um termo estigmatizado*”. Ainda de acordo com ele, o Comin tem trabalhado nessa estratégia. “*Quando você anuncia, por exemplo, um leilão de área para a mineração, já surgem 500 mil caras da ecologia. E na verdade não é para instalar uma mineradora, é para fazer uma pesquisa. Estamos mudando o nome disso. Não é um leilão de área de mineração. Vamos chamar de outro nome que está acabando de ser fechado. Vamos mostrar que o que nós estamos fazendo é produzir conhecimento*”, afirma.

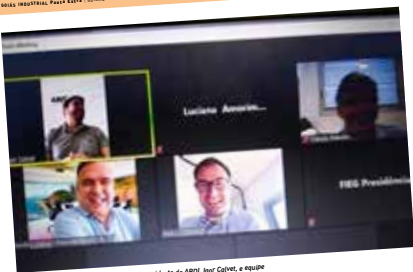
Com a estratégia de forte mobilização por meio de várias reuniões, realizadas via videoconferências por causa da pandemia, a “onda da mineração” entrou de vez na agenda da indústria, como mostram reportagens na imprensa e em veículos de comunicação da Fieg, a exemplo da Goiás Industrial Pauta Extra.

DESAFIOS ADIANTE

Até sua recriação em dezembro do ano passado, o Conselho Temático de Mineração da CNI manteve-se inativo ao longo de praticamente uma década, segundo seu atual presidente, Sandro Mabel. O conselho assessoria a diretoria da confederação em assuntos relacionados ao desenvolvimento e à competitividade do setor mineral, identificando oportunidades para aprimorar o ambiente de negócios em toda sua cadeia produtiva. Cabe ainda ao conselho debater e construir propostas para promover o desenvolvimento e “promover o alinhamento e a articulação das entidades ligadas ao setor de mineração”, em defesa de seus interesses, conforme descreve a CNI.



12. GOIÁS INDUSTRIAL, Pauta Extra | Junho 2020 | 12



Sandro Mabel participa de live com o presidente da ABDI, Igor Cabret, e equipe

VIDEOCONFERÊNCIA Fieg e ABDI discutem futuro da mineração

Luciano Amorim

Uma reunião realizada terça-feira (12/05), Sandro Mabel alertou para a necessidade de estabelecer regras para a mineração, para atrair investimentos para o setor mineral, que corresponde a 16% no Produto Interno Bruto (PIB) Industrial e gera 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos. “Temos empresas que não conseguem produzir e não conseguem vender”, afirmou.

Sandro Mabel ressaltou a importância de parcerias, como a ABDI, para expandir o setor mineral. “Nós temos certeza de que vocês vão nos ajudar a transformar e alavancar a mineração no Brasil”, disse.

Criada pelo governo federal, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) destina-se a promover a inserção da indústria no sistema de inovação e comércio exterior, com o objetivo de fortalecer a competitividade e a inovação da indústria brasileira.

Em dois dias, a ABDI realizou uma reunião com o presidente da Fieg, Igor Cabret, e a equipe. O presidente da ABDI, Igor Cabret, manifestou disposição para analisar o desenvolvimento do setor mineral. “Nós podemos auxiliar as empresas a melhorar sua produtividade e a qualificação profissional e organizacional da cadeia produtiva”, afirmou.

MINERAÇÃO

SANDRO MABEL DIRIGE REUNIÃO DO COMIN E APRESENTA AÇÕES E RESULTADOS DA MINERAÇÃO DURANTE A CRISE



Na Casa da Indústria, o presidente da Fieg, Sandro Mabel, conduz videoconferência do Comin-CNI, ao lado de Luiz Antônio Vassini, Domingos Sávio e Wilson Borges

Luciano Amorim e Deivalson Lima

Um dos três pilares estratégicos para a indústria goiana, ao lado do desenvolvimento industrial e da industrialização da soja no Estado, a mineração foi alvo, esta semana, de uma rodada de discussões promovidas pelo Conselho Temático de Mineração da Confederação Nacional

da Indústria (Comin/CNI), a exemplo do webinar O Papel da Mineração na retomada da economia, no início do mês, e da videoconferência com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em 12/05.

O fórum de debates da CNI, dirigido pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Sandro Mabel, realizou, terça-feira

10/05, reunião virtual, com a participação de representantes de 187 empresas do setor mineral. O fórum foi conduzido por Sandro Mabel, presidente da Fieg, e contou com a participação de representantes da ABDI, Igor Cabret, que falou sobre os desafios da mineração pós-Covid-19, além dos presidentes da Câmara Câmara Setorial da Mineração da Fieg (Camin), Wilson Borges, e do Seng DE, Luiz Antônio Vassini, e seu vice, Domingos Sávio.

Criada pelo governo federal, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) destina-se a promover a inserção da indústria no sistema de inovação e comércio exterior, com o objetivo de fortalecer a competitividade e a inovação da indústria brasileira.

RETOMADA DA ECONOMIA

Sandro Mabel apresenta ‘Onda da Mineração’ e ganha adesão do Ministério de Minas e Energia

Luciano Amorim e Deivalson Lima

Em mais uma ação, destinada a promover a “Onda da Mineração”, uma videoconferência foi realizada nesta terça-feira (12/05), com a participação de representantes da Fieg e do Conselho Temático de Mineração da Confederação Nacional da Indústria (Comin/CNI). Sandro Mabel, presidente da Fieg, apresentou o movimento de retomada da economia brasileira pós-pandemia da Covid-19.

Setor mineral é responsável por 16,7% no Produto Interno Bruto (PIB) Industrial, gerando 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos. O setor é considerado um dos pilares estratégicos para a retomada da economia brasileira.

Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Vilgigi de Oliveira, e o diretor do Departamento de Geologia e Produção Mineral, Frederico Martins.

“O Comin tem uma visão estratégica, de criar uma onda de mineração, para atrair investimentos para o setor mineral”, afirmou Sandro Mabel.

“A Covid-19 não é fator limitante de oferta, se não se tomar o cuidado de não deixar a oferta de mão de obra parada”, afirmou Sandro Mabel.

LEIA MAIS no portal da CNI



Ação busca recursos para agência

A “onda da mineração” incluirá ainda pelo menos uma incursão ao Ministério Público Federal (MPF) e à Procuradoria Geral da República (PGR). Segundo Sandro Mabel, o Comin está pronto para mover uma ação para obrigar o governo a destinar a parte devida da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) à Agência Nacional de Mineração (ANM). Por lei, a agência deve receber 7% da arrecadação da CFEM, o que corresponderia a alguma coisa ligeiramente acima de R\$ 315,0 milhões, considerando os R\$ 4,503 bilhões arrecadados no ano passado.

“Mas o orçamento liberado hoje para a agência chega a R\$ 63,0 milhões (ou menos de 20% do valor fixado em lei). Então não tem jeito de você fazer andar”, protesta o presidente da Fieg, que acredita que, num primeiro momento, o orçamento da ANM poderia começar em R\$ 150,0 milhões, elevando-se gradativamente até alcançar o valor integral. “Mas não pode ser R\$ 63,0 milhões”, insiste. O assunto já foi discutido em audiência no MPF e tema de correspondência encaminhada à Subprocuradoria da República encarregada do setor. Alternativamente, a ação a ser proposta demandará o fim do pagamento da CFEM pela indústria de mineração caso não seja cumprida a divisão legalmente fixada para a arrecadação da CFEM. “Se o governo não quer aplicar onde deve, não vamos pagar”, ameaça ainda.

A contribuição experimentou salto de 48,4% no ano passado, saindo de R\$ 3,036 bilhões para aqueles R\$ 4,503 bilhões. Em Goiás, o aumento foi menos acentuado, atingindo 7,2%, com a arrecadação da CFEM subindo de R\$ 98,735 milhões para R\$ 105,850 milhões, segundo dados da ANM. Nos primeiros cinco meses deste ano, provavelmente num reflexo da pandemia causada pelo Sars-Cov-19, a receita caiu 6,8% em todo o País, encolhendo de

SALTO EM 2019

(Arrecadação da CFEM, em R\$ milhões)

Região/Período	2018	2019	Variação (%)
Goiás	98,735	105,850	7,2
Brasil	3.036	4.503	48,4

Fonte: ANM

E DESACELERAÇÃO EM 2020

(Arrecadação da CFEM, em R\$ milhões, janeiro e maio de cada ano)

Região/Período	2019	2020	Variação (%)
Goiás	39,316	40,708	3,5
Brasil	1.830	1.706	-6,7

Fonte: ANM

R\$ 1,830 bilhão em 2019 para R\$ 1,706 bilhão. Em Goiás, o crescimento desacelerou fortemente e a contribuição passou a indicar variação de 3,54% ao avançar de R\$ 39,316 milhões para R\$ 40,708 milhões.

O desafio institucional

Presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal (Sieeg-DF), Luiz Antônio Vessani lembra que, a despeito da mudança de governo em 2019, o setor da mineração começou “efetivamente a trabalhar com norma legal estável”. Segundo ele, conseguiu-se “dar início ao Código de Mineração”, ao mesmo tempo em que entrou em operação a Agência Nacional de Mineração (ANM), que substituiu o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no final de 2018.

Embora aqueles dois fatores possam configurar avanço institucional, Vessani

pondera que persiste uma lentidão em todos os processos nesta área e o desmonte operado ao longo dos anos não foi revertido. “As estruturas estão literalmente podres, com um quadro de pessoal dramaticamente esvaziado. O DNPM foi sucateado e a ANM é a agência que pior paga no governo federal. Temos o desafio de fazer a agência operar dignamente”, declara ele.

A tragédia causada pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), em janeiro de 2019, pouco mais de três anos depois do desastre em Mariana, na visão de Vessani, provocou uma série de ações negativas sobre a mineração em geral. “Todo o setor sofre com um problema da Vale, o que levou a um volume incrível de legislações restritivas, com aumento da burocracia e de custos”. Em Goiás, pondera o presidente do Sieeg-DF, o processo ambiental caminha em direção oposta. “Passamos no Estado por



► **Luiz Antônio Vessani:** “O DNPM foi sucateado e a ANM é a agência que pior paga no governo federal. Temos o desafio de fazer a agência operar dignamente”

um processo interessante e mais intenso na mineração, com a reestruturação do licenciamento ambiental”, comenta, para elogiar, na sequência, o trabalho desenvolvido pela secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Andréa Vulcanis.

Em vigor desde dezembro de 2019, a Lei nº 20.694 estabeleceu, entre outras disposições, a licença ambiental por adesão e compromisso (LAC), ato administrativo que autoriza a instalação e a operação de atividade ou empreendimento a partir de mera declaração de adesão e compromisso do empreendedor às exigências da legislação ambiental. Nesse caso, todo o procedimento será feito por meio eletrônico, dispensando-se a análise prévia e a vistoria do órgão ambiental competente.

O processo foi novamente facilitado

desde a sanção, em maio deste ano, da Lei nº 20.773, que instituiu o Regime Extraordinário de Licenciamento Ambiental (REL) como medida de enfrentamento à crise econômica causada pela pandemia do coronavírus. O objetivo foi desburocratizar ao máximo com a criação da figura da Licença Ambiental Extraordinária (LAE). Durante a vigência do novo regime, empreendimentos de pequeno, e médio portes e potenciais poluidores poderão ser licenciados em regime extraordinário e formalizados eletronicamente. Ficam fora desse regime empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental, para os quais continuará a ser exigido o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/Rima).

Conforme Vessani, a legislação em vigor anteriormente criava uma “colcha de

retalhos, com sobreposição de exigências, o que alongava os processos (de licenciamento)”. Dessa forma, afirma ainda, a lei revisada desde o final do ano passado abria espaço para “muita discricionariedade”. Vessani sustenta que o sistema de licenciamento agora implantado “tem que andar ao lado do empreendedor”.

DESMONTE NO ANTIGO DNPM

Num diagnóstico divulgado em 2019 pela ANM, foi identificado um estoque de quase **69,6 mil** processos em tramitação, dos quais praticamente **19,0 mil** diziam respeito a relatórios de pesquisa em análise, mais outros **16,0 mil** requerimentos de pesquisa e em torno de **17,0 mil** concessões de lavra ainda não deliberadas. A força de trabalho foi reduzida em quase **28,0%** entre 2011 e o começo do ano passado, **saindo de 1.169 funcionários para 845**, dos quais quase **42,0%** já haviam assegurado o direito à aposentadoria, somando **350 servidores**. A mesma avaliação constatou que a remuneração média paga pela ANM correspondia a **67,3%** da remuneração assegurada pelas demais agências. Criada pela Lei 13.575 em 2017, a instalação da ANM foi regulamentada no ano seguinte pelo decreto 9.587, que permitiu a nomeação de sua diretoria colegiada em novembro. Nesse processo, sob a justificativa de ajustes administrativos, foram extintos 242 cargos que até 217 faziam parte da antiga estrutura do DNPM





► **Wilson Antônio Borges:** “Cada emprego direto na mineração corresponde a 13 ao longo da cadeia, a que faz a atividade assumir grande importância para a economia no interior do País”

Em cinco anos, mais R\$ 30,0 bilhões na economia

Desde os combustíveis que movem literalmente a economia até a singela pasta de dente, a mineração está presente em todas as áreas da vida, declara o presidente da Câmara Setorial de Mineração da Fieg (Casmin), Wilson Antônio Borges. Na sua visão, o setor mineral assume relevância

ainda maior neste momento em que começam a ser discutidos caminhos para a retomada da economia, especialmente porque a indústria extrativa gera empregos e valor agregado muito alto. “Cada emprego direto na mineração corresponde a 13 ao longo da cadeia, o que faz a atividade assumir grande importância para a economia no interior do País. Além disso, considerada a área destinada à exploração mineral, cada

hectare gera valor agregado de R\$ 418,0 mil”, estima Borges.

Uma ruptura no setor, continua ele, levaria à estagnação geral da indústria e, por tabela, no restante da economia. “A mineração produz matérias-primas para a indústria. Tudo o que se utiliza no dia a dia da população tem origem mineral.” Os novos projetos nessa área em perspectiva para o Estado, ainda conforme Borges, poderão acrescentar qualquer coisa como R\$ 30,0 bilhões para a economia como um todo ao longo de três anos, entre impostos e contribuições, salários, entre outros indicadores.

Segundo dados da Casmin, Goiás registra quase quatro centenas de empresas de mineração, de todos os portes, o que representa aproximadamente 4,3% do total no País, instaladas principalmente em sete polos minerais, dedicados à exploração de cobre, ouro, cobalto, níquel, nióbio, fosfato e vermiculita. A relação inclui ainda terras raras, calcário e agregados para a construção civil, além de água mineral.

Principal produtor de vermiculita e níquel, com participação respectivamente de 82,1% e de 45,6% na produção brasileira, o Estado ocupa a segunda colocação na produção de bauxita, fosfato (37,2% do total produzido no País), cobre (21,8%), nióbio (14,4%) e ouro (9,6%), números que

AJUSTES NA CRISE

O setor de mineração igualmente tomou providências para impedir que a Covid-19 se alastrasse. Nas primeiras semanas da pandemia, recorda Wilson Antônio Borges, presidente da Casmin, em torno de metade dos trabalhadores chegaram a ser afastados, especialmente aqueles incluídos no grupo de risco, atingindo as áreas administrativas e operacionais. Conforme Borges, a indústria de extração mineral emprega em torno de 7,0 mil pessoas de forma direta e mais 6,0 mil terceirizados, nos polos de Niquelândia,

Alto Horizonte, Campos Verdes, Crixás e Minaçu, na Região Norte; Barro Alto e Pilar de Goiás, no Centro Goiano, Catalão, no Sudeste; Planaltina, no Entorno do Distrito Federal; e Campos Belos, no Nordeste do Estado.

“Além de reduzir o efetivo, a indústria aumentou o número de ônibus para transporte dos trabalhadores, de forma a operar com o maior nível possível de segurança e evitar a contaminação”, afirma ele. As medidas de enfrentamento da crise sanitária tendem a afetar a produção, “mas o impacto não deverá ser observado no curto prazo”.

Borges acrescenta que aquelas medidas tendem a provocar alterações nos planos de produção e perdas de receitas, já atingidas pela redução nos preços internacionais das commodities minerais – tendência observada para cobre, níquel e bauxita, entre outras substâncias. A exceção aqui tem sido o ouro, considerado como uma espécie de refúgio seguro em momentos de turbulências e incertezas. A cotação do metal acumulava, até junho, alta de 23,8% frente a igual período de 2019.

tornam Goiás o terceiro polo mineral do País, atrás do Pará e de Minas Gerais. As exportações das principais substâncias minerais são responsáveis, conforme Borges, por pouco mais de um quinto das vendas externas totais em Goiás.

No ano passado, considerando as cinco principais classes de minérios (sulfetos de cobre e seus concentrados, ferro-níquel, ferro-nióbio, ouro, vermiculitas e cloritas), e excluindo o amianto, o Estado exportou US\$ 1,466 bilhão, num avanço de 6,1% frente a 2018, quando as vendas haviam somado US\$ 1,382 bilhão. Em dez anos, as exportações daqueles minérios mais

do que dobraram, saltando praticamente 105%, diante de uma variação de 97,6% para o total das exportações goianas. A fatia desses minérios nas vendas externas totais variou de 19,82% para 20,55%.

Quase R\$ 10,0 bilhões represados

Entre os novos projetos esperados para o Estado nos próximos cinco anos, Wilson Borges, da Casmin, antevê investimentos de quase R\$ 10,0 bilhões, atualmente represados e com algum nível de atraso, segundo ele, “em função da ineficiência na liberação

de licenciamentos ambientais”. A relação, complementada por Luiz Vessani, do Sieg-DF, inclui o projeto da Lundin Mining, empresa de capital sueco-canadense, para ampliação da produção de cobre e ouro em Alto Horizonte. Em julho do ano passado, a mineradora pagou em torno de US\$ 800,0 milhões pelos ativos minerários da Yamana, maior exportadora individual do Centro-Oeste, segundo Borges.

Nas projeções para 2020, incluídas pela mineradora em seu balanço anual, a Lundin previa destinar US\$ 40,0 milhões para investimentos fixos na região e mais US\$ 7,0 milhões no processo exploratório. ►

MINERAÇÃO EM TUDO

A mineração é vital, inclusive e principalmente, na oferta de insumos utilizados na produção de materiais que vão equipar respiradores utilizados no tratamento da Covid-19:

- **Chapas de aço carbono e inox, parafusos, suportes e arruelas:** minério de ferro, cromo, silício, molibdênio, níquel, manganês
- **Chapas de alumínio:** bauxita e aditivos minerais
- **Motores:** cobre, ferro
- **Circuitos eletrônicos:** cobre, zinco, prata, ouro, latão, estanho, tântalo, silício, grafite
- **Displays:** óxido de índio (In) e óxido de estanho (Sn)
- **Baterias no-break:** lítio, grafite
- **Componente de silicone:** silício
- **Componentes de plástico:** aditivos minerais como caulim, talco, carbonato de cálcio, óxido de cálcio, alumina hidratada, diatomita, dolomita, mica e sulfato de bário.
- **Verniz e pintura:** cargas minerais variadas, por exemplo, talco, agalmatolito, alumina hidratada, barita, bentonita, calcita, carbonato de cálcio precipitado, caulim, diatomita, dióxido de titânio, dolomita, mica, óxido de zinco, quartzo, silicato e sulfato de bário.





► **Planta da antiga Mineração Maracá em Alto Horizonte:** Lundin Mining espera produzir até 56,0 mil toneladas de cobre e perto de 2,5 toneladas de ouro

Na mesma previsão, a empresa esperava produzir neste ano entre 51,0 mil a 56,0 mil toneladas de cobre e 85,0 mil a 90,0 mil onças de ouro (algo entre 2,4 a 2,5 toneladas). As reservas minerais provadas na mina da Lundin naquela região estavam avaliadas em 292,45 mil toneladas de cobre, com teor médio de 0,20% de minério contido, e em 11,454 mil toneladas de ouro, com teor de 0,40%.

A canadense Amarillo Gold, conforme Borges, havia anunciado um projeto de US\$ 250 milhões para a exploração de ouro em Mara Rosa, no Norte Goiano, com capacidade total para 33,0 toneladas. Vessani acrescenta que os planos da

empresa estimavam o início da instalação da mina ainda neste ano, para começar a operação efetiva por volta de 2022. Em Minaçu, a Mineração Serra Verde obteve no início de junho a licença para instalação da mina e deve tornar-se o primeiro empreendimento de classe mundial para a produção de terras raras no País.

O investimento total pode alcançar perto de R\$ 1,60 bilhão, dos quais metade já foi investido no projeto, de acordo com a assessoria da mineradora, e o projeto deverá começar a ser instalado neste segundo semestre. O início da operação em si está previsto para o final de 2021 ou começo do ano seguinte, com capa-

cidade inicial para 7,0 mil toneladas por ano de concentrado de terras raras, o que corresponderá a quase 5,0% da demanda global, e vida útil estimada em 24 anos. A substância, composta por 17 elementos químicos estratégicos, tem aplicações em setores de alta tecnologia e na geração de energia limpa, utilizados em lasers de aplicação industrial e médica, equipamentos de tomografia, cerâmicas e ligas metálicas especiais e, principalmente, na produção de superímãs, utilizados na produção de veículos elétricos e turbinas eólicas.

Em Catalão, retoma Borges, a CMOC Brasil, subsidiária da China Molybdenum (CMOC), anunciou em 2019 um inves-



► **Planta de fertilizantes da EuroChem:** grupo russo-suíço anunciou em junho a compra integral da brasileira Fertilizantes Tocantins

timento de US\$ 308,483 milhões na expansão de suas operações na região, onde explora nióbio e fosfato.

A fusão entre a Equinox Gold, do Canadá, e a LeaGolding Mining, igualmente de capitais canadenses, concluída em março deste ano, num negócio estimado em US\$ 578,0 milhões, poderá contribuir para tirar da prancheta o projeto de expansão da produção de ouro em Pilar de Goiás, embora persistam incertezas em relação à conjuntura econômica. A Equinox antecipou, em seu balanço anual, a intenção de produzir neste ano em Pilar algo entre 708,7 quilos e 1,1 tonelada. As reservas minerais provadas na mina goiana aproximam-se de 961,0 mil toneladas de minério, com 1,51 gramas por tonelada de ouro contido (perto de 1,45 toneladas). As reservas medidas estavam estimadas em 2,389 milhões de toneladas, com 7,63 toneladas do metal contido.

A produção de bauxita poderá ser

igualmente reforçada por três empresas que atuam nessa área em Goiás, a Terra Goyana Mineradora (TGM), a CBA e a Curimbaba, empresa de Poços de Caldas (MG). A TGM investiu recentemente US\$ 2,0 milhões na instalação de um laboratório de controle de qualidade e desenvolvimento de novos produtos em Barro Alto, numa parceria com a Bautek Minerais Industriais, empresa de Caldas (MG), que utiliza bauxita e argilas fornecidos pela TGM para fabricar produtos destinados a vários segmentos industriais.

Apesar da crise, o agronegócio brasileiro continua atraindo investimentos. No começo de junho, o grupo EuroChem, líder mundial no setor de fertilizantes, com receitas anuais de US\$ 6,0 bilhões, sede em Zug, na Suíça, e controlado por um empresário russo, comprou integralmente a Fertilizantes Tocantins (FTO). Em 2016, o grupo russo-suíço havia assumido o controle da indústria brasileira, assumindo

51% de seu capital. A expectativa é de que a transação esteja concluída até o terceiro trimestre deste ano, depois de passar pelo crivo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A integração entre os dois negócios faz parte de uma estratégia mais ampla da EuroChem, que tem planos de se tornar a maior no mundo no setor de fertilizantes.

No ano passado, a FTO, que tem sua sede administrativa instalada em Goiânia, colocou no mercado 2,4 milhões de toneladas de fertilizantes, respondendo por 6,6% do mercado brasileiro. Depois de inaugurar recentemente as plantas de Araguari (MG), Catalão (GO) e Sinop (MT), a FTO mantém fábricas em de Porto Nacional (TO), São Luís (MA), Querência (MT), Rondonópolis (MT), Barcarena (PA) e em Luiz Eduardo Magalhães (BA). ■



► Mais fácil para o exportador: certificação digital exige menos tempo e inclui ferramentas mais inteligentes

O primeiro em todo o Centro-Oeste

Único em sua área autorizado pelo Ministério da Economia, Centro Internacional de Negócios da Fieg emite primeiro certificado digital que beneficia produto farmacêutico exportado para Israel

Em tempos de pandemia, ainda que mitigadas, as medidas de afastamento social ainda prevalecem e, para facilitar as ações das empresas exportadoras, o Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN) passou a operar, desde maio, nova plataforma dedicada à emissão de Certificado de Origem Digital (COD). A unidade goiana é a única em Goiás autorizada pelo Ministério da Economia a emitir o COD. O primeiro certificado emitido por um posto avançado de atendimento em toda a Região Centro-Oeste – e o segundo no País – saiu no começo de junho, envolvendo um produto farmacêutico exportado igualmente pela primeira vez pelo Estado e



Alex Molheiros

“O CIN/Fieg passa a fornecer informações e análises estratégicas sobre mercados mundiais, por meio da elaboração de estudos customizados que subsidiarão os empresários para a melhor tomada de decisões”

JOHANNA GUEVARA MÉNDEZ,
coordenadora do CIN/Fieg

“O processo de emissão do certificado está ainda mais simples, o exportador tem menos campos para preencher no momento de gerar o documento, além de contar com recursos mais inteligentes”, esclarece. A migração para a interface atualizada é acompanhada de perto pela equipe do CIN/Fieg, que conta com especialistas para prestar suporte e assessoria aos exportadores goianos em todo o processo de emissão do documento, utilizando o novo sistema.

Segundo levantamento da Fieg, de janeiro a abril de 2020, os certificados de origem emitidos para indústrias goianas contemplaram a exportação de minérios de ferro, produtos hospitalares, fármacos, maquinário industrial, sistemas, cereais, entre outros produtos. Num momento de retração na economia e incertezas, sugere Juliana, o empresário deve preparar-se para buscar novos mercados, especialmente no exterior, o que pode significar uma alternativa de crescimento de vendas, reforçadas pela possibilidade de faturamento em dólar, e também de expansão da produção. Para isso, as empresas interessadas em concorrer no mercado internacional devem estar prontas para alavancar sua competitividade sobretudo em regiões com as quais o País mantém acordos na área de comércio.

“Nesse sentido, a nova plataforma para emissão do Certificado de Origem Digital é mais um serviço que a Fieg oferece para facilitar a vida do empresário goiano. Além do benefício econômico, no contexto da pandemia de Sars-CoV-2, o COD reduz a circulação de papeis e pessoas que podem se tornar vetores da doença”, assinala ainda a analista.

Mais inteligência na hora de fazer negócio

O portfólio de soluções em comércio exterior oferecidas pelo CIN/Fieg, aponta a analista Johanna Guevara Méndez, foi reforçado recentemente com a inclusão dos serviços de inteligência comercial. “O centro passou a fornecer informações e análises estratégicas sobre mercados mundiais, por meio da elaboração de estudos customizados que subsidiarão os empresários para a melhor tomada de decisões e definir ou consolidar a estratégia de internacionalização das empresas”, sustenta ela.

Entre outros serviços nessa área, o CIN auxilia empresas e sindicatos de indústrias interessados em promover a internacionalização de produtos ou do setor a identificar mercados potenciais no exterior. “O serviço contempla o estudo de desempenho econômico de mercados ►

destinado ao mercado israelense, de acordo com Johanna Guevara Méndez, analista de comércio exterior do CIN/Fieg.

Lançada no dia 18 de maio pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com 23 federações do setor em todo o País e ainda com a Rede CIN, a plataforma agrega identidade visual mais moderna simples. Ferramentas tornam o processo mais amigável e intuitivo para os exportadores, facilitando a emissão do documento, que garante benefícios tarifários a produtos brasileiros em 23 mercados com os quais o Brasil mantém acordos comerciais.

De acordo com a analista de comércio exterior da Fieg Juliana Souza, a nova plataforma veio acompanhada, além de modernidade, de agilidade e praticidade.

“A nova plataforma veio acompanhada de agilidade, praticidade e modernidade”

JULIANA SOUZA, analista de comércio exterior do CIN/Fieg



Alex Malheiros

estrangeiros para o produto ou setor, contemplando análise de dados macroeconômicos, balança comercial e fluxo de comércio”, detalha Johanna. “Além disso, busca fazer uma análise comparativa entre os mercados identificados e o Brasil, de modo a identificar os cinco mercados com maior potencial para o produto da empresa”, acrescenta ainda.

A equipe de analistas e especialistas do CIN/Fieg realiza também uma análise estatística detalhada da relação bilateral entre o Brasil e o mercado alvo, avaliando, entre outros fatores, a importância relativa de um determinado produto no país escolhido, considerando a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), sistema adotado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai para a classificação de bens e mercadorias.

Ao avaliar o mercado pretendido, prossegue Johanna, o CIN/Fieg promove estudos mais aprofundados, analisando “dados econômicos, sociais, culturais e de comércio exterior, bem como as informações das barreiras tarifárias e não-tarifárias”. De acordo com ela, “esse serviço tem como foco levantar informações relevantes para que o empresário entenda a cultura

e a economia do mercado em que deseja se inserir, para se preparar para as negociações com os importadores”. Clientes potenciais nos mercados de interesse podem ser igualmente prospectados a partir desse trabalho de inteligência comercial, envolvendo inclusive a consulta de fontes diretas nos países escolhidos. Conforme ela, “empresas de todos os setores e portes que estejam iniciando ou consolidando seu processo de internacionalização podem ter acesso a esses estudos”.

O PAPEL DA REDE CIN

O CIN/Fieg faz parte da Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), coordenada nacionalmente pela CNI. Em Goiás, o CIN promove a internacionalização das empresas goianas por meio da oferta de um conjunto de serviços customizados a suas necessidades. Em casos específicos, a depender do acordo comercial entre os países, o Certificado de Origem Digital (COD) pode garantir a isenção completa das tarifas alfandegárias.

Confira mais detalhes no site



À DISTÂNCIA, MAS ATENTOS

Assim como todos os demais segmentos da economia, o CIN/Fieg adaptou seus trabalhos e seu cronograma de cursos à nova realidade trazida pela pandemia, migrando toda a programação para plataformas on-line. **“O isolamento ou distanciamento social foi um dos grandes incentivadores para a procura por formação a distância. A quarentena permite encontrar novas habilidades, hobbies ou investir na carreira. Foram diversas as mudanças de hábito, uma delas, o aumento nas matrículas de cursos on-line”**, observa a analista **Johanna Guevara Méndez**. Segundo ela, todos os cursos passaram a ser transmitidos por videoconferência, com interação entre participantes e o instrutor em tempo real, com duração de seis horas divididas em dois dias de curso. Os inscritos recebem um link com login e senha para a participação. Concluído o curso, os participantes receberão o certificado de participação.

“O objetivo é acompanhar as mudanças, alcançar um maior número de participantes e atrair mais empresas para o comércio internacional, utilizando a facilidade da integração virtual”, observa **Johanna**. A programação foi aberta pelo especialista Luiz Roberto de Oliveira, que ministrou nos dias 23 e 24 de junho o curso Exportação: Seu Negócio Cruzando Fronteiras, e incluiu ainda uma sequência de cursos com temas relacionados à tributação e benefícios na importação e na exportação, marketing internacional digital e outros. ■

cod
sempre por aqui

Torne seu produto mais competitivo pelo mundo

Emita Certificado de Origem Digital para Exportação, de forma rápida e fácil, com a única entidade autorizada em Goiás. Se é exportação, é com o CIN/FIEG

www.cod.cni.org.br | 3501-0048

CIN
Centro Internacional de Negócios
de Goiás

FIEG
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Diversificação, saída na crise

Renata Dos Santos

Em plena pandemia, investir na fabricação de embalagens de sanduíche personalizadas, copos e pratos em linha de produtos biodegradáveis foi uma aposta certa do empresário Antônio Firmino, 65. A iniciativa, que aumentou o faturamento de seu parque gráfico, formado pela Gráfica da Família e a NatuCopus, em Nerópolis, Região Metropolitana de Goiânia, é exemplo de como continuar na luta para conquistar novos mercados e enfrentar crises, como a que acomete o planeta diante do novo coronavírus.

Fundador da Gráfica da Família, há 25 anos, o empresário é conhecido por reinventar sua indústria com expansão de produtos. A linha de embalagens biodegradáveis foi lançada em 2019, quando ele inaugurou a NatuCopus, fabricante de copos e pratos de papel. À revista **Goiás Industrial**, Firmino contou um pouco de sua trajetória e dos novos planos de crescimento para o futuro, durante e após a pandemia.

“Minha capacidade diária de produção é de 140 mil unidades diárias de copos. Tenho equipamento de ponta para produzir e agora quero aumentar as vendas”, conta o empresário.

Ele diz que, além dos produtos fabricados para pronta entrega, o cliente também pode fazer encomendas por copos, pratos e embalagens, com o diferencial da personalização. O nicho de mercado inclui o segmento da indústria da alimentação, o ramo das cafeterias, além de festas e eventos, como artigo para personalizar



▶ **Antônio Firmino, da Gráfica da Família e NatuCopus, diversifica atividades com linha de produtos biodegradáveis**

aniversários, casamentos e confraternizações, entre outras áreas.

ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS

Foi no ano de 1995 que a gráfica surgiu. Nessa época, Antônio Firmino começou a recolher aparas de gráficas de Goiânia – Antônio Almeida, vice-presidente da Fieg e presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás (Sigego), e seus irmãos (Valdeci, Ademar, José), da Gráfica Kelps, foram os primeiros parceiros. “Eram naqueles pequenos restos de papéis que eu imprimia as etiquetas encomendadas pelos produtores de alho de Nerópolis. Logo comecei a fazer também rótulos para identificar buchas naturais, conservas e doces”, conta.

Ficar atento a novas possibilidades para viver e trabalhar é um traço do empresário Antônio Firmino desde que se mudou, no final dos anos 1980, da cidade de Congo, na Paraíba, em busca de oportunidade para “melhorar de vida na capital”. Depois de oito anos no Rio de Janeiro, ele chegou em Goiás com intenção de fabricar cimento. “Isso não deu certo e, logo, mudei os planos pois tinha de cuidar da família. Hoje trabalhamos todos juntos, a equipe de 42 funcionários, minha mulher Maria da Luz, meus filhos Alex e Vera, a neta Ana Clara, o neto Guilherme e a nora Adriana”, orgulha-se. ■

Alex Malheiros



Jaime Canedo e Sandro Mabel: negócios entre empresas goianas para driblar a crise

Mabel, considerou interessante e criativa a iniciativa do Compem para driblar a crise. *"Neste momento difícil, é importante fazer com que o consumidor possa adquirir produtos de sua própria região, o que pode resultar em troca de uma mercadoria por outra, entre uma indústria e outra. Vai abrir perspectiva muito grande. A Fieg já promove campanha para que o goiano dê preferência aos produtos goianos. Nós temos de defender o que é nosso, fazer o dinheiro circular dentro do Estado."*

Fieg lança Grupo Escambo para fomentar negócios em Goiás

.....
Tatiana Reis

Promover a interação entre os empresários goianos para a promoção de negócios, especialmente neste momento de pandemia do coronavírus. Com esse objetivo, o Conselho Temático da Micro, Pequena e Média Empresa (Compem) da Fieg apresentou proposta para criação do Grupo Escambo – A Arte de Negociar. A exposição foi realizada durante reunião ordinária do Compem, dia 17 de junho, com participação de conselheiros e empresários goianos.

"Uma estratégia é criarmos um grupo de whatsapp com o propósito de incentivar negócios entre as empresas goianas", explica o presidente do Compem/Fieg, Jaime Canedo. De acordo com o empresá-

rio, a adesão será exclusivamente mediante convite de conselheiros do Compem e a participação incluirá CNPJs da indústria, do comércio e de serviços.

"Diante da crise econômica, consequência direta da pandemia do coronavírus, queremos criar alternativas para os empresários goianos. Acreditamos que promover negócios entre as empresas de nosso Estado fortalece nossa economia e aquece a relação de demanda e oferta", observa Canedo.

Para tanto, já foram estabelecidas regras para participação de empresários no grupo. O documento foi aprovado na reunião dos conselheiros do Compem.

O presidente da Fieg, **Sandro**

LINHAS DE CRÉDITO

Outra pauta tratada na reunião ordinária do Compem/Fieg foi o acesso ao crédito pelas MPMEs. O diretor de Operações da Goiás Fomento, Fernando Freitas, participou do debate e apresentou as medidas adotadas pela instituição para facilitar a aprovação dos pedidos encaminhados pelos empresários goianos.

Essa foi a segunda vez, em menos de um mês, que Freitas participa de videoconferência do Compem/Fieg para abordar a questão e ouvir dos empresários os entraves que enfrentam no acesso ao crédito.

Desde março, a Goiás Fomento conta com R\$ 500 milhões liberados para operação de cinco linhas de financiamento: Goiás Fomento Turismo Capital de Giro, Microcrédito Produtivo Pessoa Jurídica (PJ), Microcrédito Produtivo Pessoa Física (PF), CredFomento e FCO Capital de Giro Dissociado. Os recursos estão disponíveis para microempreendedores individuais e micro, pequenas e médias empresas. ■

As regras do Grupo Escambo estão no link



Desafio Sindical mobiliza base associada da Fieg

Iniciativa da Gerência Sindical busca estimular relacionamento e negócios entre sindicatos das indústrias e empresas da base

Tatiana Reis

Levar os benefícios que o Sistema Indústria oferece aos empresários goianos. É com essa meta que a Gerência Sindical da Fieg estruturou o Game Desafio Sindical. A proposta, apresentada dia 22 de junho, durante reunião mensal de diretoria, já mobiliza os sindicatos das indústrias desde o início do mês, por meio de lives para exposição do game e dos produtos e serviços oferecidos pelas casas Sesi, Senai, IEL e ICQ Brasil com foco nas indústrias goianas.

De acordo com a gerente sindical da Fieg, Denise Resende, o objetivo é estimular os sindicatos patronais a estabelecer relacionamento e negócios com as empresas da base, sejam elas associadas ou não. “Entendemos que a manutenção de um sistema sindical representativo está intimamente ligada à capacidade que os sindicatos desenvolvem de gerar soluções para as indústrias da base”, observa.

Com esse propósito, de ofertar soluções e estreitar o relacionamento, a iniciativa incentiva os sindicatos a manterem atualizado o cadastro industrial no SIGA e divulgar sistematicamente as ações realizadas pelo Sistema Indústria para orientação, treinamento e articulação empresarial. “Realizamos um amplo trabalho, mas que muitas vezes é desconhecido pelos empresários. Queremos

mudar isso, trazendo-os para perto para fortalecimento do movimento empresarial”, explica Denise.

Paralelamente, o Desafio Sindical também busca gerar sustentabilidade financeira para os sindicatos das indústrias. Para isso, foram estabelecidas diversas frentes de serviços com o objetivo de gerar negócios com as empresas da base.

Por meio de um diversificado portfólio de produtos, os sindicatos podem gerar receita para a manutenção das atividades. As parcerias incluem plano de saúde, certificado digital, cartão multibenefícios, além da atuação articulada com Sesi, Senai, IEL e ICQ Brasil para comercialização dos serviços ofertados pelas casas do Sistema Fieg.

Outro ponto positivo é a parceria firmada com a GarantiGoiás, instituição que estimula o crescimento dos pequenos negócios, oferecendo garantias líquidas para que o empreendedor tenha acesso ao crédito para capital de giro ou investimento. “Percebemos que a maior dificuldade para o empresário, sobretudo o micro e pequeno, é não ter a garantia na hora de tomar o financiamento. Com a parceria, oferecemos a solução para que esse aporte seja possível”, esclarece Denise.

Com dois ciclos previstos – 01/06 a

Alex Malheiros



Denise Resende, gerente sindical da Fieg, apresenta o Desafio Sindical em videoconferência: fortalecimento do movimento sindical

30/08 e 01/09 a 30/11, o Desafio Sindical prevê ainda premiações para os sindicatos que mais pontuarem nos dois períodos, por meio da participação nos eventos, formação de relacionamento e realização de negócios. “A premiação contempla cesta de produtos da rede de parceiros do Cartão Fieg Multibenefícios. É um simbolismo para reconhecimento dos sindicatos que mais geraram relacionamento e negócios.” ■



Fotos: Alex Marinhos

► **Áurea Maria de Araújo Rocha:** “Preferimos sempre preservar o serviço tradicional como panificadora, mesmo por conta da nossa marca, o que acabou ajudando porque não precisamos mudar nosso foco operacional”

PROCOMPI

Criatividade contra a pandemia

Dolci Nonna e Padaria Santo Antônio demonstram agilidade no desenvolvimento de estratégias para manter a operação e segurar funcionários

As ferramentas oferecidas pelo Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi), desenvolvido em parceria entre Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fieg e Sebrae Goiás, assim como a criatividade e iniciativa das empresas envolvidas, contribuem de certa forma para amenizar os efeitos da pandemia sobre os negócios. A agilidade empresarial, com suporte do programa, tem sido fundamental na preservação das operações da **panificadora Dolci Nonna** e da **Padaria Santo**

Antônio, que participaram da edição mais recente do Procompi no setor de panificação, iniciada em agosto do ano passado e concluída em março deste ano.

Com três décadas de experiência acumulada no setor de panificação, a empresária Áurea Maria de Araújo Rocha decidiu há cinco anos instalar a Dolci Nonna no Jardim Santo Antônio, em Goiânia. Mais recentemente, quando já se preparava para concluir sua participação no Procompi e até como uma das ações motivadas pelo programa, a empresa

inaugurou a unidade no shopping Mega Moda, um dos maiores complexos comerciais na área da moda, instalado na Rua 44, também na capital do Estado.

“Abrimos no dia 6 de março e dez dias depois tivemos que fechar por causa da pandemia”, afirma Áurea, que atualmente toca a panificadora com a filha, Mariana de Araújo Rocha. Na verdade, todo o comércio da região teve de baixar as portas como resultado das medidas de isolamento social adotadas pelo governo estadual e pela Prefeitura de Goiânia

na época. Mas a panificadora do Jardim Santo Antônio, incluída entre os setores essenciais a exemplo de toda a cadeia do setor de alimentação, continuou operando. Embora não tenha sido necessário fechar a unidade, foi preciso fazer adequações aos novos tempos de Covid-19.

“Tiramos todas as mesas, já que os clientes não poderiam mais lanchar aqui dentro”, relata Áurea. As alterações não foram mais amplas porque a empresa preferiu não explorar a atividade de autoatendimento. “Preferimos sempre preservar o serviço tradicional como panificadora, mesmo por conta da nossa marca, o que acabou ajudando porque não precisamos mudar nosso foco operacional”, comenta. Ainda assim, nas primeiras semanas, as vendas chegaram a despencar 80% em relação ao período anterior à pandemia. “Tivemos que buscar recursos, porque a empresa estava endividada depois de investir perto de R\$ 200 mil na abertura da nova loja”, relata ainda. Áurea preferiu, no entanto, não recorrer às linhas de crédito anunciadas pelo governo. Vendeu o carro, tomou dinheiro emprestado com parentes, negociou com fornecedores e tentou acertar em dia compromissos de curto prazo e mais estratégicos. “Estamos pagando aos poucos o que ficou para trás. As compras no cartão, feitas para montar a nova panificadora, estão sendo pagas e essa dívida já está quase no final”, complementa ela.

No meio de toda dificuldade, retoma Áurea, a empresa lançou em março ainda o projeto Padaria do Amor, derivado da própria situação enfrentada pela empresa. A ação envolvia doações de sacos de farinha para a produção de pães destinados, por sua vez, à distribuição para famílias mais necessitadas, com todos os cuidados sanitários recomendados pela área da saúde, ressalta a empresária. A iniciativa permitiu à panificadora manter algum nível de produção, sem interromper o processo. “Colocamos um ponto de entrega de pães no Santuário Sagrada Família, na Vila Canaã, um na própria empresa e um terceiro no Setor Santa Luzia. Recebemos pedidos para colocar pontos de distribuição na Rua 44 e na



► **Rosquinha Gaúcha**, produto versátil do portfólio da Padaria Santo Antônio, mantido na prateleira nesses tempos de pandemia

Paróquia Santo Antônio, no final da Avenida T-63”, detalha.

Responsável pelo Santuário Sagrada Família, o padre Rodrigo de Castro Ferreira passou a encomendar os pães para abençoá-los e distribuí-los, embalados com etiqueta especial, aos fiéis num sistema de “drive-thru”, assegurando algum fluxo de vendas e geração de caixa a partir da ação humanitária planejada pela Dolci Nonna. “A partir do momento em que passei a compartilhar os pães, veio a multiplicação dos pães. Tivemos crescimento no número de clientes fixos e de grandes clientes, que consomem quitandas, salgados e pães. Em nenhum momento faltou farinha e nem dinheiro para pagar os funcionários”, celebra Áurea. Atualmente, a panificadora emprega 22 pessoas.

A ação reforçou a marca e deu destaque para a empresa nas redes sociais. “Recebemos elogios de clientes que nos conheciam e que hoje moram em Roma, por exemplo, o que tem contribuído para dar maior visibilidade ao nome da empresa”, comenta ainda.

PRODUTIVIDADE AVANÇA 25%

Na avaliação de **Áurea Maria de Araújo Rocha**, a participação no **Procompi** e a capacitação recebida permitiram que a empresa ganhasse em organização, com a construção de um organograma interno, padronização de processos e de produtos, com criação de fluxos contínuos das atividades, melhor aproveitamento da mão de obra, redução de desperdícios e solução de gargalos na linha de produção de salgados assados, por exemplo. Especificamente no caso do processo de produção de esfirras de carne, a massa utilizada ali passou a ser aproveitada na fabricação de todas as variedades de salgados assados. As mudanças trouxeram um ganho de produtividade estimado em 25%, antes da pandemia, que alterou radicalmente os cenários e trouxe desafios inéditos.



► **Laila Ciriaco do Carmo:** empresa paralisa a produção de bens mais caros e dá prioridade a produtos básicos com maior prazo de validade

Delivery ajuda a manter o negócio

Há 17 anos no mercado, sempre no Jardim Santa Lúcia, em Goiânia, a **Padaria Santo Antônio** foi obrigada igualmente a se adaptar aos novos tempos, com a ajuda do Procompi e, claro, dos esforços próprios de sua equipe. A empresa não precisou contratar empréstimos, não demitiu e tem mantido seus 45 funcionários até aqui, descreve Laila Ciriaco do Carmo, gestora da empresa há dois anos, quando sucedeu o pai, José Antônio Barbosa do Carmo, criador do negócio. As pessoas que fazem parte do grupo de risco para o novo coronavírus foram afastadas, a empresa decidiu dar férias para alguns funcionários e ainda remanejou parte do pessoal.

Os esforços para sustentar a operação, aprimorada a partir de sua participação no Procompi, incluíram o desenho de uma estratégia gerencial e comercial renovada. Conforme Laila, a panificadora passou a priorizar produtos básicos, com maior prazo de validade, como a fabricação própria de produtos embalados, a

exemplo do pão doce, brioches, pão mandi e pãezinhos para cachorro quente. Além disso, retirou de linha produtos mais caros, como o cappuccino, e reforçou a aposta no sistema de entregas em domicílio (delivery), que ganhou maior relevância.

A participação do delivery nas receitas gerais, que era inferior a 1% até janeiro, lembra Laila, avançou para 13% durante a crise sanitária, respondendo aos estímulos criados pela empresa, que passou a oferecer cupons de desconto e entregas grátis nos pedidos feitos via aplicativo para fidelizar a clientela. “Desde meados de março, o número de pedidos cresceu 63% e o faturamento aumentou 58% no sistema de delivery. Nas semanas mais intensas de isolamento social em Goiânia”, lembra Laila, “o faturamento do delivery avançou 25%, enquanto o faturamento geral caiu 38% em relação ao período anterior à pandemia”. Desde o final de maio, com o aumento na circulação de pessoas em Goiânia, a Padaria Santo Antônio observou avanço em torno de 20% no faturamento, na comparação com março. Laila estima que a empresa teria conseguido

recuperar em torno de um quinto das perdas acumuladas ao longo da pandemia.

Remando na contramão do consenso mais geral sobre a crise, Laila acredita que 2020 deverá ainda ser um ano “muito bom”. “Temos que enxergar tudo isso como uma oportunidade. Estamos apostando mais em datas comemorativas, além de exercer uma gestão mais rigorosa dos custos. Não aumentamos nossos preços, já que o momento é de pensar tudo de uma forma mais humanitária. Buscamos preservar a produção e manter nossas margens”, descreve Laila.

Em sua opinião, a participação no Procompi, que permitiu a capacitação de quatro dezenas de funcionários e incremento em torno de 10% no portfólio de produtos da Padaria Santo Antônio, “proporcionou à empresa um novo mundo de ideias, atualização de processos, inovação e melhorias gerenciais e operacionais”. O programa ajudou ainda no trabalho de transição da gestão do negócio, iniciado há dois anos. “Temos trabalhado bastante na delegação de decisões, modernização e padronização de produtos e de processos internos, com informatização e automação das áreas de produção, administração e comercial, acompanhando os avanços da tecnologia, num processo contínuo de melhorias”, afirma ainda.

Durante o período do Procompi, a empresa desenvolveu 15 novos produtos, entre pães, tortas e outras sobremesas, além da pizza. Este último projeto, no entanto, foi alcançado pela pandemia em pleno desenvolvimento do produto. “Conseguimos fazer todos os testes de massas e recheios, mas tivemos que adiar seu lançamento”, aponta Laila. A padronização, estimulada pelo Procompi, trouxe ainda ganhos de produtividade. Anteriormente, a empresa consumia 62 minutos para produzir quatro tortas, significando 15,5 minutos por torta, tempo reduzido para 13 minutos. ■

Corte vira Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem e se adapta ao 'novo normal'

Dehovan Lima

Duas décadas após sua criação, no bojo do nascimento da lei de arbitragem, na década de 90, a 6ª Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia – instalada no Palácio da Indústria, então sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), no Centro de Goiânia – ingressa em nova e promissora fase.

Coincidentemente em meio à pandemia do novo coronavírus, esse braço do Judiciário que surgiu para descentralizar e agilizar a Justiça adapta-se perfeitamente ao “novo normal” do momento, ao acelerar o processo digital e adotar novos recursos tecnológicos estratégicos. O resultado é que o atendimento passou a ser totalmente on-line, desde o protocolo inicial até a redação da sentença, com recursos como videoconferências e chats, que possibilitam negociação, redação de sentenças, audiências e acordos, tudo de forma remota.

“Desde o ano passado, percebemos a necessidade de informatizar, agilizar os processos, turbinar a Corte, haja vista que seus números são bastante interessantes. Ali se aprova praticamente 100% de todos os atendimentos, com preços bem mais atrativos para as partes”, disse o superintendente da Fieg, João Carlos Gouveia, em apresentação, durante reunião mensal da diretoria da Fieg, dia 22 de junho, do novo status da Corte, que também muda de nome e amplia o escopo de sua atuação.

Com alteração no regimento, a agora Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem (CCMA) estende o atendimento a todo o mercado, no âmbito da nova lei de arbitragem e mediação, incluindo a possibilidade de arbitragem trabalhista, explicou Cirlene Ferreira



► **Cirlene Ferreira Marques, diretora e conciliadora-árbitra: CCMA** passa a atender todo o mercado

Marques, diretora e conciliadora-árbitra.

Para tanto, a CCMA ganhou modernas instalações com a reforma física do Palácio da Indústria, incluindo nova sala de audiência, recepção, sala de advogado e arquivo. No campo da inovação tecnológica, a Câmara agora dispõe de novo site (<https://6ccma.org.br/>), por onde começa e termina o atendimento.

Em 2020, de janeiro a maio, foram registrados 211 protocolos, 219 audiências, 153 acordos e uma arbitragem, em valores que superam R\$ 13,2 milhões.

NA HISTÓRIA – A antiga 6ª Corte foi inaugurada em 12 de novembro de 1999, em solenidade prestigiada pelo então vice-presidente da República Marco Maciel, que quando sena-

dor foi autor da Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, que instituiu no Poder Judiciário brasileiro as Cortes de Conciliação e Arbitragem, segundo registra a revista **Goiás Industrial**.

CONSELHO APROVA NOVOS REGULAMENTOS DA CCMA

Uma semana depois da apresentação à diretoria da Fieg, os novos regulamentos da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem foram aprovados em reunião virtual do Conselho de Representantes da entidade, dia 29 de junho. ■

A man with dark hair, wearing a white button-down shirt, is seated at a desk. He is looking off-camera to the right with a thoughtful expression. His right hand holds a dark pen, and his left hand rests on the desk, showing a watch and a ring. The background is blurred, suggesting an office or workshop setting.

“Foram muitos anos de trabalho duro até surgir a oportunidade de montar uma fábrica de salgadinhos de milho, em Brasília. Vendemos tudo e apostamos alto nesse novo negócio”

O engraxate que virou senador

*Senador por Goiás desde 2019, eleito pelo Partido Social Democrático, Vanderlan Vieira Cardoso, nascido em Iporá em 1962, tornou-se de fato empresário aos 7 anos, como gosta de contar. “Parece absurdo, mas foi nessa época que conquistei minha primeira empresa, uma caixa de engraxar sapatos. Como engraxate eu aprendi o que era a concorrência, a diferença que faz quando você inova em seus serviços e o quanto é importante atender às necessidades do cliente, principalmente aquelas que ele ainda nem sabe que tem”, detalha ele, nesta entrevista à **Goiás Industrial**.*

Lauro Veiga Filho
Foto: João Carlos

Indicado pela presidência da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), Vanderlan teve seu nome referendado em abril pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e receberá a comenda da Ordem do Mérito Industrial 2020, em solenidade postergada para o próximo ano em função da pandemia do novo coronavírus. Foram agraciados também os empresários Cláudio Antônio Barrella (Amazonas), Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Júnior (Bahia), Waldyr Diogo de Siqueira Filho (Ceará), Walter de Sá Cavalcante Júnior (Espírito Santo), Benedito Bezerra Mendes (Maranhão), Luiz Carlos Lomba de Mello (Mato Grosso), Wilson Thiesen (Paraná), Ernesto Reibel (Paraíba), Pedro Alcântara Rêgo de Lima (Rio Grande do Norte), Nelson Massami Itikawa (Roraima) e Rui Altenburg (Santa Catarina).

A trajetória de Vanderlan na área corporativa ganhou novo empuxo nos anos 1980, quando a família havia se mudado para Boa Vista (RR) em busca de oportunidades. O empresário decidiu abrir um pequeno mercado atacadista, que cresceu impulsionado pela demanda crescente de garimpeiros que desembarcavam à época naquele Estado, atraídos pelo boom na exploração de ouro.

Anos depois, já próximo do final da década, Vanderlan decidiu investir em um supermercado ainda na mesma região.

“Com o tempo, o mercado cresceu e me tornei um distribuidor de vários tipos de produtos, desde frios, hortaliças e secos e molhados. Foram muitos anos de trabalho duro até surgir a oportunidade de montar uma fábrica de salgadinhos de milho, em Brasília (com a marca Micos). Vendemos tudo e apostamos alto nesse novo negócio”, relembra Vanderlan. A primeira indústria foi montada inicialmente em um galpão, adquirido em Brasília, no começo da década de 1990, com os recursos apurados na venda do negócio em Roraima.

A fábrica de salgadinhos, que deu origem ao Grupo Cicopal, começou a operar em 1993, num investimento de aproximadamente R\$ 3,0 milhões a valores atuais. Três anos mais tarde, a fábrica mudava-se para uma área de 2,0 mil metros quadrados em Senador Canedo. O crescimento experimentado na sequência animou o empresário a diversificar a linha de produtos e a explorar novos mercados, instalando, entre 2001 e 2002, indústrias no Pará e na Bahia. Diante do alto custo da logística no País, afirma ►

Vanderlan, “não compensa fabricar um produto aqui em Goiás e enviar ao Pará, por exemplo. Isso encarece muito a mercadoria. A solução que encontramos foi abrir filiais nesses Estados”.

Eleito prefeito de Senador Canedo em 2004, com 57% dos votos válidos, acabou reeleito em 2008, acumulando 80% dos votos. Disputou o governo do Estado em duas ocasiões, em 2010 e 2014, enfrentou Iris Rezende (PMDB) em 2016 na disputa pela Prefeitura de Goiânia, mas foi derrotado no segundo turno. Dois anos depois, conquistou uma das vagas de Goiás no Senado, com quase 1,73 milhão de votos.

Goiás Industrial – *Quando se inicia a trajetória do sr. na área empresarial? De que forma surge a decisão de investir numa indústria de salgadinhos à base de milho em Brasília? Antes disso, o sr. já havia tido alguma experiência como empresário?*

Vanderlan Cardoso – Gosto de falar que minha trajetória como empresário começou quando eu tinha cerca de 7 anos de idade. Parece absurdo, mas foi nessa época que conquistei minha primeira empresa, uma caixa de engraxar sapatos. Como engraxate, eu aprendi o que era a concorrência, a diferença que faz quando você inova em seus serviços e o quanto é importante atender às necessidades do cliente, principalmente aquelas que ele ainda nem sabe que tem. Passei por várias profissões, até abrir meu primeiro negócio, com 17 anos de idade. Foi preciso que meu pai me emancipasse para que eu pudesse tocar a empresa. Fui para Roraima e lá montei um pequeno mercado. Com o tempo, ele cresceu e me tornei um distribuidor de vários tipos de produtos, desde frios, hortaliças e secos e molhados. Foram muitos anos de trabalho duro até surgir a oportunidade de montar uma fábrica de salgadinhos de milho, em Brasília. Vendemos tudo e apostamos alto nesse novo negócio.

Goiás Industrial – *Quais foram as principais dificuldades naquela época?*

Vanderlan Cardoso – Investimos praticamente tudo que tínhamos. Toda reserva e tudo que conseguimos com a venda do mercado em Roraima. Não era tanto dinheiro assim, mas era tudo que tínhamos, então para nós era muito. Sou grato à minha esposa, Izaura Cardoso, e a meus dois filhos por terem aceitado e trabalhado junto comigo nesse projeto e nessa mudança radical em nossas vidas. Mas agradeço mais ainda a Deus, que me fez resistir até hoje, mesmo com tantos problemas durante o percurso.

Conto isso porque não foi nada fácil toda essa mudança. Principalmente porque, no Brasil, sempre foi muito complicado ser gerador de emprego e renda. A gente sofre de todos os lados e são poucas as ajudas que recebemos. Começamos pequeno, como a maioria dos empresários brasileiros, com poucos funcionários. Mas sempre vejo o lado positivo de tudo que me acontece, então sei que foi isso que me deu uma base de sustentação para crescer. Trabalhei em praticamente todas as áreas da empresa, no início, e isso fortaleceu meu conhecimento no negócio.

Goiás Industrial – *Quais fatores levaram a empresa a mudar sua planta para Senador Canedo e qual o número de empregos atualmente no Grupo Cicopal?*

Vanderlan Cardoso – Os custos da fábrica em Brasília já não compensavam mais. Tudo muito caro e muito difícil naquela época. Foi então que recebi a proposta de trazer a planta de nossa indústria para Goiás, especificamente para Senador Canedo.

Como iríamos gerar emprego e riquezas para o município e para o Estado, tivemos incentivos e ajuda do governo para fazer a mudança. Isso foi fundamental na nossa decisão e hoje o Grupo Cicopal emprega quase mil funcionários em Senador Canedo e gera bastante receita ao município e ao Estado, por meio dos impostos que pagamos.

Goiás Industrial – *Quais foram os principais desafios e conquistas à frente do Grupo Cicopal? Como se deu a evolução do grupo ao longo dos anos e quais os principais marcos em sua*

história? É possível consolidar o valor de todo o investimento realizado a partir do começo dos anos 1990 até o momento?

Vanderlan Cardoso – Sempre digo que nossa empresa vive em constantes desafios. E sei que é justamente isso que tem feito a gente crescer e empregar ainda mais trabalhadores e gerar ainda mais renda para o município. Por isso, penso que é complicado eleger um ou outro desafio como os principais, pois todos eles foram fundamentais para o desenvolvimento do Grupo Cicopal. Mas posso dizer que as mudanças sempre foram as mais marcantes. A decisão de mudar é quase sempre um salto no escuro, mesmo que a gente faça tudo o mais planejado possível, as surpresas e adversidades sempre aparecem. Mas a decisão de vender tudo em Roraima e recomeçar, em outra área de atuação, em Brasília, até hoje foi, sem dúvida, nosso maior desafio e também nossa maior conquista.

“O aperto causado pela concorrência, que era muito maior que nossa empresa e tinha um portfólio bem diversificado, nos motivou a realizar pesquisas de mercado, as quais nos mostraram que havia espaço para aumentarmos nossa linha de produtos”

Goiás Industrial – Quando a empresa decidiu partir para a diversificação de seu portfólio de produtos e como ocorreu esse processo?

Vanderlan Cardoso – Algo que sempre nos empurrou para frente foi a concorrência. E a diversificação de produtos também foi motivada, em parte, por isso. Primeiramente, pela vontade de crescer, é claro, pois essa é a meta de todo empreendedor. Mas o aperto causado pela concorrência, que era muito maior que nossa empresa e tinha um portfólio bem diversificado, nos motivou a realizar pesquisas de mercado, as quais nos mostraram que havia espaço para aumentarmos nossa linha de produtos. Mais uma vez foi um grande desafio esse processo. Já tínhamos expertise com nossos produtos, mas não tínhamos com os outros. Fomos trabalhar. Esse é o grande segredo nosso: o trabalho. Eu trabalho mais de 14 horas por dia, muitas vezes nos fins de semana também. A preguiça é a grande inimiga do sucesso.

Goiás Industrial – Na mesma linha, o que motivou o grupo a instalar plantas no Pará e na Bahia? Quais as linhas de produtos processados nessas plantas e qual o papel reservado para a unidade de Senador Canedo a partir da ampliação para outros Estados?

Vanderlan Cardoso – O Brasil é muito grande, um País com dimensões continentais que se movimenta quase que inteiramente por caminhões e rodovias. E esse transporte é caro e lento. Então não compensa fabricar um produto aqui em Goiás e enviar ao Pará, por exemplo. Isso encarece muito a mercadoria. A solução que encontramos foi abrir filiais nesses Estados. Fizemos os estudos necessários, entendemos a realidade do mercado consumidor e desenhamos um portfólio de produtos que poderiam ser produzidos e vendidos na região. Deu certo. Ainda assim a gente envia alguns produtos para outros Estados, mas a intenção é fabricar cada vez mais próximo do mercado consumidor, conseguindo um produto de qualidade e com melhor preço do que a concorrência. Em relação a Senador Canedo, não muda nada com a instalação de fábricas em outros Estados. Os produtos fabricados aqui são para o mercado do Centro-Oeste. As outras plantas estão atendendo seu próprio público consumidor.

Goiás Industrial – Há planos para novas ampliações e/ou instalação de indústrias em outras regiões do País? Quais os mercados em foco? O grupo chegou a anunciar, em 2017, um plano ambicioso de expansão que previa dobrar sua ca-

pacidade até 2023. Esse planejamento está em execução? Mantém-se a intenção de dobrar o tamanho do grupo e, neste caso, qual o investimento programado?

Vanderlan Cardoso – A intenção é crescer sempre. O empresário nunca pode pensar em parar. Ele está sempre analisando novos mercados e novos produtos. Se parar, ele é engolido pela concorrência. Estamos estudando o mercado do Sudeste, que é muito grande e onde estão as maiores forças concorrentes de nosso ramo. Mas o desafio não nos intimida, ao contrário, nos move para frente. Continuamos sempre planejando a expansão do Grupo Cicopal. Já lideramos o mercado de batata palha, com a Slight, no Centro-Oeste e pretendemos conquistar o topo também e em outras regiões. Temos os melhores produtos, então falta pouco para isso.

Goiás Industrial – A opção pelo mundo político afetou de alguma forma os negócios da Cicopal?

Vanderlan Cardoso – A Cicopal continua funcionando normalmente, pois toda minha família participa do trabalho. Tento não vincular nada da empresa com a política, pois são universos diferentes. Aumentou o número de compromissos e da carga horária, mas procurei formar equipes competentes e comprometidas em todas as unidades. E isso é fundamental. Agora eu tenho que dividir meu tempo entre o Senado Federal e a Cicopal, e isso exige mais. Só que gosto de desafios e estou me desdobrando. Além da família

trabalhando e de nossas equipes, busco ter foco e dividir bem o tempo. Eu procuro ser 100% senador, quando estou no Senado ou visitando obras no Estado e 100% empresário quando entro em meu escritório na empresa. Ser empresário é um privilégio. Mas ser senador é um desafio maior. Uma de minhas principais bandeiras no Senado é defesa das empresas e dos empregos. Tenho trabalhado duro nessa seara, principalmente neste momento de pandemia. Tive a honra de ser relator da Medida Provisória 936, de Manutenção dos Empregos, uma medida em favor dos trabalhadores e das empresas. Orgulho-me muito do trabalho que exerço nas empresas e no Senado Federal, pois faço com dedicação, responsabilidade e seriedade. ■

“ Continuamos sempre planejando a expansão do Grupo Cicopal. Já lideramos o mercado de batata palha, com a Slight, no Centro-Oeste e pretendemos conquistar o topo também e em outras regiões. Temos os melhores produtos, então falta pouco para isso ”

SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 – Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria – Goiânia-GO, CEP: 74645-230

GERÊNCIA SINDICAL DA FIEG: Denise de Oliveira Resende - Telefone (062) 3224-9226

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 98458-9648 / 98212-9513
sinprocimento@gmail.com

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Mário Arruda
Fone: (62) 3224-0121
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: (em processo de transição)
Fone/Fax: (62) 3501-0062
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato da Indústria da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
(62) 98625-4889
sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás

Presidente: Daniel Viana
Fone: (62) 3501-0062

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Antônio Benedito dos Santos
Diretora executiva: Denise Resende
Fone/Fax: (62) 3224-9226 / 3224-4253
siaeg@siaeg.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: Jerry Alexandre de Oliveira Paula
NOVO ENDEREÇO
Telefone: (62) 99968-4302.
siago@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINICAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás, Tocantins e DF

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás

Presidente: Leandro Luiz Stival Ferreira
Fone: (62) 3229-1187
sindicarnegoias@gmail.com

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: Emílio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luís Martin Abuli
Fone: (62) 98109-8608
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Alcides Augusto da Fonseca
Fone: (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone: (62) 3224-5405 / 98304-0013
simplago@sistemafieg.org.br /
simplago.go@gmail.com

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Marcos André Rodrigues de Siqueira
Presidente executivo: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 98422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 98436-1724
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone: (62) 3224-4253
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone: (62) 3225-8933 / 3212-3661 / 98235-1200
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Marcus Brandão Lima e Silva
Fone: (62) 3213-0378
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG-DF

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Luiz Antônio Vessani
Fone: (62) 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Sílvio de Sousa Naves
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
simelgo@sistemafieg.org.br

SINDIQUÍMICA

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jair José de Alcântara
Fone: (62) 3212-3794 e 9230-1812
sindiquimica@gmail.com

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Nicolas Lima Paiva
Fone: (62) 99954-6101
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3224-4253
sindtrigo@gmail.com

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
sifaeg@terra.com.br

OUTROS ENDEREÇOS

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Eduardo Bilemjan Filho
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
presidencia@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0878 e (62) 3202-5567
sinroupas@yahoo.com.br

SEDE ANÁPOLIS

Edifício Capitão Waldyr O'Dwyer

Rua JM-16, Quadra 52, Lote 22, Setor Sul Jamil Miguel - Anápolis-GO - CEP 75124-200
Fone/Fax: (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SINDUSCON ANÁPOLIS

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
sindusconaps@sistemafieg.org.br
www.sindusconanapolis.com.br

SINDICER-GO

Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
Presidente executivo: Itair Nunes de Lima Jr.
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo Reis Perillo
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

MOVA-SE JUNTO COM O SESI.



sesigo.org.br

Esportes e atividades físicas SESI.
A melhor hora do seu dia.



EAD Sesi SENAI

A formação a distância que te aproxima do mercado de trabalho.

senaigoias.com.br/ead

Sesi SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO